



**CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA**

**PLANO MUNICIPAL DE  
EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL  
DA PRAIA DA VITÓRIA**



**SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

**JULHO, 2014**

## ÍNDICE

### PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO

1 – Introdução .....	4
2 – Âmbito de Aplicação .....	5
3 – Objetivos Gerais .....	6
4 – Enquadramento Legal .....	7
5 – Antecedentes do Processo de Planeamento .....	8
6 – Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território.....	10
7 – Ativação do Plano .....	10
7.1 – Competência Para a Ativação do Plano.....	10
7.2 – Critérios Para a Ativação do Plano .....	11
8 – Programa de Exercícios .....	13

### PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

1 – Conceito de Atuação .....	15
1.1 – Serviço Municipal de Proteção Civil .....	16
1.2 – Comissão Municipal de Proteção Civil .....	17
1.3 – Sistemas de Gestão de Operações .....	19
1.3.1 – Plano de Ação.....	21
2 – Execução do Plano .....	22
2.1 – Fase de Emergência .....	22
2.2 – Fase de Reabilitação .....	24
3 – Articulação e Atuação de Agentes, Organismos e Entidades .....	26
3.1 – Missão dos Agentes de Proteção Civil .....	28
3.1.1 – Fase de Emergência e Reabilitação .....	28
3.2 – Missão dos Organismos e Entidades de Apoio.....	31
3.2.1 – Fase de Emergência e Reabilitação .....	31

### PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO

1 – Administração de Meios e Recursos .....	41
2 – Logística .....	43
2.1 – Apoio Logístico às Forças de Intervenção .....	43
2.2 – Apoio Logístico à População.....	45
3 – Comunicações.....	46
3.1 – Organização das Comunicações .....	46
3.2 – Instruções de Coordenação .....	46
4 – Gestão da Informação .....	47
4.1 – Gestão da Informação Entre os Intervenientes nas Operações.....	47
4.2 – Gestão da Informação aos Intervenientes no PMEPCPV .....	48
4.3 – Informação Pública .....	48
4.3.1 – Instruções de Coordenação .....	49
5 – Procedimentos de Evacuação.....	50
5.1 – Circulação de Pessoas e Bens .....	57
5.2 – Organização de um Campo de Desalojados.....	57

6 – Manutenção da Ordem Pública .....	59
6.1 – Instruções de Coordenação .....	59
7 – Serviços Médicos e Transporte de Vítimas .....	60
8 – Socorro e Salvamento .....	61
8.1 – Instruções de Coordenação .....	61
8.1.1 – Fase de Emergência.....	61
8.1.2 – Fim da Fase de Emergência.....	61
8.1.3 – Transferência de Comando .....	62
8.1.4 – Níveis Operacionais de Emergência.....	62
9 – Serviços Mortuários .....	64
10 – Protocolos .....	64

## PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### Secção I

1 – Organização Geral da Proteção Civil em Portugal .....	67
1.1 – Estrutura da Proteção Civil .....	67
1.1.1 – Estrutura Geral da Proteção Civil.....	67
1.1.2 – Estrutura da Proteção Civil nos Açores .....	69
1.2 – Estrutura das Operações .....	71
1.2.1 – Estrutura Geral das Operações .....	71
1.2.2 – Estrutura das Operações nos Açores .....	72
2 – Mecanismos da Estrutura da Proteção Civil .....	74
2.1 – Convocação, Composição e Competências da Comissão Municipal de Proteção Civil .....	74
2.2 – Critérios e Âmbito para a Declaração das Situações de Alerta, Contingência ou Calamidade .....	75
2.3 – Sistemas de Monitorização, Alerta e Aviso .....	76

# **PARTE I**

## **Enquadramento Geral do Plano**



## 1 – INTRODUÇÃO

O *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Praia da Vitória* (PMEPCPV) é um instrumento que o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) tem ao seu dispor para o desencadeamento das operações de proteção civil, definindo as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários *Agentes de Proteção Civil* (APC), organismos e entidades de apoio, com vista a possibilitar uma unidade de prevenção, direção e controlo. Pretende-se através desta unidade uniformizar a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis. Desta forma, são mencionados os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo os procedimentos de resposta à emergência, no sentido de mitigar os prejuízos, perda de vidas e estabelecer a reposição da normalidade.

Este é um plano do tipo geral, sendo elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem no âmbito territorial e administrativo do município da Praia da Vitória.

O Presidente da Câmara, como responsável municipal pela política de proteção civil, é o diretor do PMEPCPV, ou na sua ausência, o Vereador com competência delegada na área da proteção civil, ambos com competências para decretar, sempre que se justifique, a ativação da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).

Atendendo que a última atualização do PMEPCPV foi publicada em Diário da República, pelo Despacho (Extrato) n.º 4/2011/A, 15 de março, e que os planos municipais de emergência devem ser revistos, no mínimo de dois em dois anos (n.º 1, do artigo 6.º, da Resolução n.º 25/2008, de 18 julho), surge a presente versão do plano.

Durante a revisão do plano foram sentidas algumas dificuldades, nomeadamente na caracterização dos riscos (naturais e tecnológicos) significativos no concelho, dado a dimensão territorial e os diversos elementos expostos aos perigos, considerando que o risco se traduz na seguinte fórmula:  $\text{Risco} = \text{Perigo} \times \text{Vulnerabilidade} \times \text{Valor dos Elementos Exposto}$  (*Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica de Base Municipal*, 2009).

## 2 – ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Em conformidade com o n.º 2, do artigo 2.º, da Resolução n.º 25/2008, 18 de julho, da CNPC, o PMEPCPV, é designado como plano do tipo geral cujo o âmbito de aplicação territorial e administrativo circunscreve-se ao concelho da Praia da Vitória, no sentido de enfrentar a generalidade das situações de emergência.

O concelho da Praia da Vitória localiza-se nas zonas E e N da ilha Terceira e compreende 11 freguesias: Aqualva, Biscoitos, Cabo da Praia, Fonte do Bastardo, Fontinhas, Lajes, Santa Cruz, Quatro Ribeiras, São Brás, Vila Nova e Porto Martins (Figura 1).

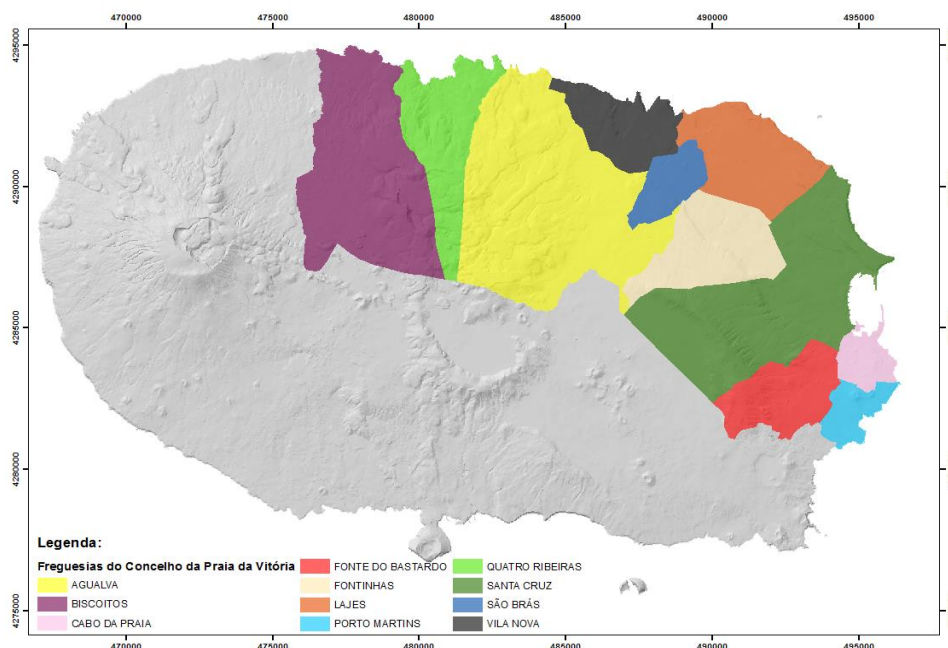


Figura 1 – Enquadramento geográfico do concelho da Praia da Vitória, com divisão em freguesias, na ilha Terceira (Cart. Vetorial 1:25 000 produzida por IGeoE, 2001 in Ourique 2013).

O concelho tem uma área total de 161,3 km<sup>2</sup> (Tabela 1) e ocupa cerca de 40,3% da área total da ilha.

Tabela 1 – Área, perímetro, comprimento máximo e altitude na ilha Terceira e no concelho da Praia da Vitória (Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, 2011 in Ourique, 2013).

	Área (km <sup>2</sup> )	Perímetro (km)	Comprimento Máximo (km)		Altitude (m)	
			Norte-Sul	Este-Oeste	Máxima	Mínima
<b>Terceira</b>	400,3	126	18	29	1 021	0
<b>Praia da Vitória</b>	161,3	90	14	21	808	0

O plano pode ser ativado para a totalidade do concelho ou apenas para uma determinada freguesia.

A elaboração do PMEPCPV teve como objetivo a preparação dos APC, organismos e entidades de apoio para os seguintes riscos (naturais e tecnológicos) mais significativos no concelho:

#### **Riscos Naturais**

- Sísmico;
- Vulcânico;
- *Tsunamis*;
- Movimentos de Massa;
- Cheia Rápida e inundações;
- Condições Meteorológicas Adversas.

#### **Riscos Tecnológicos**

- Acidente Aéreo;
- Acidente Industrial Grave.

### **3 – OBJETIVOS GERAIS**

O PMEPCPV visa os seguintes objetivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos dos acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção duma cultura de autoproteção e entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

## 4 – ENQUADRAMENTO LEGAL

Este plano foi elaborado nos termos do previsto na alínea h), do n.º 2, do artigo 36.º e no n.º 1, do artigo 50.º, ambos da Lei de Bases de Proteção Civil, assim como em conformidade com a legislação inframencionada:

- **Despacho n.º 6322/2014, 14 de maio.** Alteração da estrutura organizacional da Câmara Municipal da Praia da Vitória (CMPV);
- **Decreto-Lei n.º 72/2013, 31 de maio.** Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, que cria o *Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro* (SIOPS);
- **Resolução n.º 25/2008, 18 de julho.** Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil;
- **Lei n.º 65/2007, 12 de novembro.** Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do *Comandante Operacional Municipal* (COM);
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A, 23 de abril.** Altera a orgânica e o quadro de pessoal do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA);
- **Decreto-Lei n.º 75/2007, 29 de março.** Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- **Decreto-Lei n.º 134/2006, 25 de julho.** Cria o SIOPS;
- **Lei n.º 27/2006, 3 de julho.** Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 13/99/A, 15 de maio.** Criação de centros operacionais de emergência de proteção civil a nível regional e municipal;
- **Decreto-Lei n.º 363/88, 14 de outubro.** Disciplina a concessão de auxílio financeiro do Estado às autarquias locais;
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/85, 17 de abril.** Determina que os serviços do Estado, bem como as empresas públicas e as concessionárias de serviços públicos, no âmbito da respetiva concessão, prestem às autarquias locais toda a colaboração na organização e funcionamento de SMPC.



## 5 – ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

O primeiro instrumento de planeamento de emergência, de âmbito geral, no concelho da Praia da Vitória, denominou-se *Plano Municipal de Emergência do Concelho da Praia da Vitória*. Este foi elaborado em 2001, pelo Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (CVARG), em cooperação com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) e com a CMPV, segundo a Diretiva para a elaboração de planos de emergência de proteção civil, aprovado pela CNPC, em 1994, e em conformidade com a Lei n.º 113/91, 29 de agosto (antiga Lei de Bases de Proteção Civil). A aprovação do Plano ocorreu a 9 de abril de 2002, por deliberação do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Na sequência das enxurradas do dia 15 de dezembro de 2009, o plano foi ativado, de forma a possibilitar a unidade de direção das ações de proteção civil a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar.

O *Plano Municipal de Emergência do Concelho da Praia da Vitória* (2001) foi submetido a exercícios organizados pelo SRPCBA, nomeadamente: no exercício denominado por *Açor 092*, no período compreendido entre o dia 30 de outubro e o dia 1 de novembro de 2009, onde o SMPC da Praia da Vitória testou o seu dispositivo de empenhamento de operações, na freguesia dos Biscoitos, com a passagem de um furacão a noroeste da ilha Terceira; e no exercício intitulado por *Ícaro*, no dia 21 de novembro de 2010, tendo como finalidade testar a coordenação, numa emergência complexa, assim como o *Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Alertas*, com a simulação da queda de um avião, na freguesia da Vila Nova, na ilha Terceira. Estes exercícios foram em formato *LivEx* e são de ordem operacional, nos quais se desenvolvem missões no terreno, com meios humanos e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.

Na sequência da nova Lei de Bases de Proteção Civil, *i. e.*, Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que revoga a Lei n.º 113/91, de 29 de agosto, surgiu a necessidade da publicação de uma nova Diretiva da CNPC, que foi homologada através da Resolução n.º 25/2008, 18 de julho.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da Resolução n.º 25/2008, 18 de julho, “*Sem prejuízo do disposto em legislação específica, os planos de emergência que se encontram elaborados à data de aprovação da presente directiva devem ser revistos no prazo máximo de dois anos, de forma a ficarem em conformidade com a presente directiva*”.

Neste sentido, em 2010, o plano é revisto pelo SMPC, de acordo com o enquadramento legal em vigor, e atribuída a designação de *Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil do Concelho da Praia da Vitória*, conforme nova identificação disposta na alínea b) do artigo 3.º da Resolução n.º 25/2008, 18 de julho.

O *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho da Praia da Vitória* foi aprovado pela CMPC, a 14 junho de 2010, assim como por deliberação camarária, a 10 de outubro de 2010, e em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 22 de outubro de 2010, sendo, posteriormente, remetido ao SRPCBA, para apreciação e parecer (Reunião Ordinária de 15 de março de 2011 – Ata n.º 6). A aprovação pelo departamento do Governo Regional com a tutela de proteção civil ocorreu a 21 de fevereiro de 2011, através do Despacho do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos. A deliberação de homologação do plano foi publicada no Diário da República, pelo Despacho (Extrato) n.º 4/2011/A, 15 de março, entrando em vigor no 1.º dia útil seguinte.

Atendendo que o plano deve ser revistos, no mínimo, bianualmente (n.º 1, do artigo 6.º, da Resolução n.º 25/2008, 18 de julho), surge no mês de julho de 2014 nova atualização do plano, conforme a atual legislação em vigor, bem como o histórico de ocorrências no concelho e os exercícios realizados.

No processo de revisão do plano foram identificados e atualizados os meios e recursos existentes no concelho, executando-se uma consulta prévia a todos os presidentes de Junta de Freguesia, com preenchimento de um questionário que se encontra em anexo e do qual faz parte integrante. Foi, também, executada uma consulta prévia a todos os APC, entidades e organismos de apoio no concelho, no sentido, de se definir a missão de cada um neste plano.

Este plano foi, ainda, submetido a Consulta Pública durante 30 dias não tendo sido sugeridas alterações.

	Data(s)
Revisão do PMEPCPV	julho de 2014
Parecer da CMPC	21 de julho de 2014
Consulta Pública do PMEPCPV	2 de setembro a 13 de outubro de 2014
Entrada em Vigor do PMEPCPV	24 de abril de 2015

## 6 – ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PMEPCPV considera os riscos referidos nos seguintes instrumentos de planeamento de emergência e ordenamento do território:

- **Plano Regional de Emergência (PRE) da Região Autónoma dos Açores (RAA).** O PRE foi aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 26/2007, 22 de março;
- **Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) da Ilha Terceira.** O PROTA foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, 12 de agosto;
- **Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha Terceira.** O POOC da Ilha Terceira é um plano de ordenamento do território de natureza especial e foi aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2005/A, 15 de fevereiro;
- **Plano Diretor Municipal (PDM) da Praia da Vitória.** O PDM foi aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2006/A, 22 de fevereiro, no sentido da definição de zonas ou áreas afetadas a este concelho.

## 7 – ATIVAÇÃO DO PLANO

A ativação do PMEPCPV acontecerá perante a iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, cuja dimensão e gravidade necessite de recursos mobilizáveis, públicos ou privados, para uma resposta eficaz e restabelecimento da normalidade.

É de destacar, que ocasionalmente ocorrem situações de emergência no município, cuja severidade e complexidade não é suficiente para a ativação do plano, sendo que, a resposta prestada pelos APC suprime estas emergências.

### 7.1 – Competências Para a Ativação do Plano

De acordo com o n.º 2, do artigo 40.º, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho, bem como a alínea c), do n.º 3, da Lei n.º 65/2007, 12 de novembro, tem competência para ativar o PMEPCPV, a CMPC.

Como mecanismo excecional, por razões de celeridade de ativação do plano, quando a natureza do acidente grave ou catástrofe assim o justificar, a CMPC poderá reunir com composição reduzida, na eventualidade de ser impossível reunir a totalidade dos seus membros. Esta ativação será sancionada, posteriormente, pelo plenário da Comissão.

Uma vez assegurada a reposição da normalidade no município, deverá ser declarada a desativação do PMEPCPV, a qual sucederá após decisão da CMPC.

Para a publicação da ativação ou desativação do plano serão utilizados os meios de comunicação social locais, assim como o sítio da internet da CMPV ([www.cmpv.pt](http://www.cmpv.pt))

## 7.2 – Critérios Para a Ativação do Plano

É critério para a ativação do PMEPCPV, sempre que no concelho se verifique a iminência ou ocorrência de situações de acidente grave ou catástrofe definidos no artigo 3.º, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho.

Embora, dada a transversalidade dos riscos considerados num plano de emergência, seja difícil a definição de parâmetros universalmente aceites e coerentes, a tabela seguinte apresenta quais os critérios a considerar para ativação do presente PMEPCPV.

### Critérios a Considerar Para a Ativação do PMEPCPV

<b>Efeitos na População</b>	Número de mortos, feridos, desalojados, desaparecidos, isolados.
<b>Danos nos Bens e Património</b>	Número de habitações danificadas, edifícios indispensáveis às operações de proteção civil afetados, afetação de monumentos municipais.
<b>Danos nos Serviços e Infraestruturas</b>	Suspensão do fornecimento de água, energia ou telecomunicações durante um período de tempo significativo.
<b>Danos no Ambiente</b>	Descarga de materiais perigosos em aquíferos ou no solo, destruição de zonas naturais, libertação de materiais perigosos para a atmosfera.
<b>Características da Ocorrência</b>	Caudais registados, magnitude ou intensidade, quantidade de substância libertada.
<b>Área do Município</b>	Percentagem da área territorial coberta pelo plano afetada pelo acidente grave ou catástrofe.

A relação das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências refletem, na generalidade, o grau de risco, adotando-se para o PMEPCPV a seguinte matriz:

Matriz de Risco					
Probabilidade/ Frequência	Gravidade/ Intensidade				
	Residual	Reduzida	Moderada	Acentuada	Crítica
Confirmada					
Elevada					
Média-Alta					
Média					
Média-Baixa					
Baixa					

O **estado de alerta especial** contemplado no artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 134/2006, 25 de julho, visa intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou minoração das ocorrências, **colocando meios humanos e materiais de prevenção** em relação ao período de tempo e à área geográfica em que se preveja especial incidência de condições de risco ou emergência.

A tabela seguinte demonstra a matriz dos níveis do estado de alerta especial, *versus* grau de risco.

Níveis de Estado de Alerta Especial	
Nível	Grau de Risco
Vermelho	Extremo
Laranja	Elevado
Amarelo	Moderado, gravidade moderada e probabilidade média-alta
Azul	Reduzido

## 8 – PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

O Plano tem sido submetido a exercícios bianuais, em formato *Comand Post Exercise* (CPX) e em *LivEx*. Considera-se CPX os exercícios de posto de comando, executado em contexto de sala de operações, e com os objetivos de testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

Com o planeamento e realização destes treinos permitirá, por um lado, testar o plano em vigor, adaptando-o e utilizando-o se for necessário e por outro lado, rotinarem-se os procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Nos termos do n.º 2, do artigo 9.º, da Resolução n.º 25/2008, 18 de julho, da CNPC:

- Será organizado um exercício no prazo de 180 dias após publicação do PMEPCPV;
- Será primeiro realizado um exercício em forma CPX e depois em forma *LivEx*;
- Serão realizados exercícios bianuais.

No âmbito das competências de proteção civil, pode ainda o Presidente da Câmara ou a CMPC, sob proposta do Coordenador Municipal, ordenar a realização de outros exercícios.

# **PARTE II**

## **Organização da Resposta**



## 1 – CONCEITO DE ATUAÇÃO

Nos termos da Lei n.º 134/2006, 25 de julho, o SIOPS visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, através do conjunto de estruturas, normas e procedimentos que assegurem que **todos os APC atuem, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.**

O conceito de atuação visa estabelecer os princípios orientadores a aplicar numa operação de emergência de proteção civil, definindo a missão, tarefas e responsabilidades dos diversos agentes, organismos e entidades intervenientes, bem como identificar as respetivas regras de atuação.

Conforme apresentado na figura 2, o ciclo de desastres representa o processo pelo qual as autoridades e entidades que integram as operações de proteção civil realizam o planeamento, de forma a mitigar o impacto de determinada emergência, bem como as medidas apropriadas para a reabilitação.



Figura 2 – Ciclo de desastres.

Em ordem a assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido e eficiente dos recursos disponíveis é necessário dividir as áreas de atuação em três fases distintas, definidas na ilustração da figura 3:



Figura 3 – Fases de atuação dos APC, organismos e entidades de apoio em situação de emergência.

- **Pré emergência:** as entidades desenvolvem a sua regular atividade;
- **Emergência:** atuação articulada e conjunta entre os APC;
- **Pós emergência:** reposição da normalidade.

Segundo o princípio da subsidiariedade, vigente na alínea d), do artigo 5.º, da Lei n.º 27/2007, 3 de julho, o SRPCBA só deverá intervir se, e na medida em que os objetivos do SMPC não possam ser alcançados, atendendo à dimensão e gravidade dos efeitos das ocorrências.



## 1.1 – Serviço Municipal de Proteção Civil

O SMPC está referenciado nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 65/2007, 12 de novembro, este tem a **responsabilidade pela prossecução das atividades de proteção civil de âmbito municipal**. É um órgão com dependência direta do Presidente da CMPC ou do Vereador com competência delegada na área de proteção civil.

No âmbito dos seus poderes de planeamento e operações, dispõe o SMPC das seguintes competências:

- Prevenir no território municipal os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultantes;
- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e recursos existentes no concelho;
- Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o município;
- Manter a informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em situação de emergência;
- Realizar ações de sensibilização;
- Elaborar todos os planos relevantes em matéria de proteção civil;
- Preparar e propor a execução de exercícios e simulacros entre entidades intervenientes nas ações de proteção civil.

## 1.2 – Comissão Municipal de Proteção Civil

A CMPC do concelho da Praia da Vitória é constituída em conformidade com o artigo 3.º, da Lei n.º 65/2007, 12 de novembro, pelas seguintes entidades:

<b>Composição da Comissão Municipal de Proteção Civil</b>
Presidente da CMPV
Vereador com Competência Delegada
Coordenador do SMPC
Comandante dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória (BVPV)
Comandante da Polícia de Segurança Pública (PSP) da Praia da Vitória
Comandante da Guarda Nacional Republicana (GNR) da Praia da Vitória
Representante do Comando da Zona Aérea dos Açores
Capitão do Porto da Praia da Vitória/Comandante Local da Polícia Marítima
Representante do Conselho de Administração do Centro de Saúde da Praia da Vitória
Delegado de Saúde do Concelho
Comandante da Estrutura Operacional da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)
Representante da Segurança Social
Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória
Delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes
Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz

A CMPC é dirigida pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competência delegada e operará a partir do Gabinete do SMPC, localizado no Quartel dos BVPV.

É fundamental organizar as competências da CMPC nas três fases distintas de atuação em operações de proteção civil, nomeadamente antes, durante e pós a emergência.

### Pré-Emergência

- Acionar a elaboração do PMEPCPV, remetê-lo para aprovação e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar as políticas de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Auxiliar e colaborar com o SMPC na inventariação e atualização continua dos meios e recursos disponíveis;
- Preparar e colaborar com o SMPC na realização de exercícios;
- Assegurar a sensibilização da população em matéria de proteção civil e de autoproteção.

## **Emergência**

- Determinar o acionamento do PMEPCPV quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades acionam, no âmbito da sua estrutura orgânica e atribuições, os meios necessários às operações de proteção civil;
- Difundir comunicados e avisos à população e aos órgãos de comunicação social;
- Avaliar os riscos associados à situação de emergência e aos danos causados;
- Estabelecer um plano de ação de prioridades na resposta à emergência;
- Coordenar e promover a evacuação das zonas de risco, bem como as medidas para o alojamento, agasalho e alimentação das populações evacuadas;
- Coordenar a evacuação dos feridos e doentes para os locais destinados ao seu tratamento;
- Determinar o pedido de auxílio ao SRPCBA ou do SMPC do concelho limítrofe;
- Proceder às ações de desobstrução das vias de circulação em situação de emergência;
- Incitar a manutenção da lei e da ordem, bem como garantir a circulação nas vias de comunicação necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuações das áreas de risco.

## **Após-Emergência**

- Determinar a desativação do PMEPCPV;
- Acionar o regresso das populações, bens e animais deslocados;
- Promover a demolição, desobstrução e remoção de destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a circulação e evitar o perigo de desmoronamento;
- Adotar medidas necessárias à normalização do quotidiano, restabelecendo o mais rápido possível os serviços públicos essenciais, principalmente o abastecimento de água e energia;
- Proceder à análise e qualificação dos danos pessoais e materiais, elaborando um relatório sobre as operações desencadeadas.

### 1.3 – Sistema de Gestão de Operações

Conforme o disposto no n.º 1, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 134/2006, 25 de julho, referente ao SIOPS, o sistema de gestão de operações é uma forma de organização operacional que se desenvolve de uma forma modular de acordo com a importância e o tipo de ocorrência.

É considerada a doutrina e terminologia padronizada no SIOPS, designadamente no que respeita à definição da organização dos teatros de operações e dos postos de comando. Assim, será possível utilizar uma ferramenta de gestão de teatro que permita a adoção de uma estrutura organizacional integrada, de modo a suprir as complexidades do *Teatro de Operações* (TO), únicos e múltiplos, independentemente das barreiras administrativas.

Sempre que seja considerada uma organização integrante do SIOPS, o chefe da primeira força de socorro a chegar ao local da ocorrência, assume de imediato o comando da operação, sendo designado como **Comandante das Operações de Socorro (COS)**. A transferência de comando poderá ocorrer por necessidade de substituição, aquando da chegada de novos meios e recursos, para tal é imprescindível a realização de um *briefing*, de forma a notificar toda estrutura operacional presente.

Neste contexto, de forma a apoiar o COS na preparação das decisões e na articulação dos meios no TO, o SIOPS institui a implementação de um **Posto de Comando Operacional (PCO)** no local da ocorrência, de acordo com a ilustração seguinte (Figura 4).

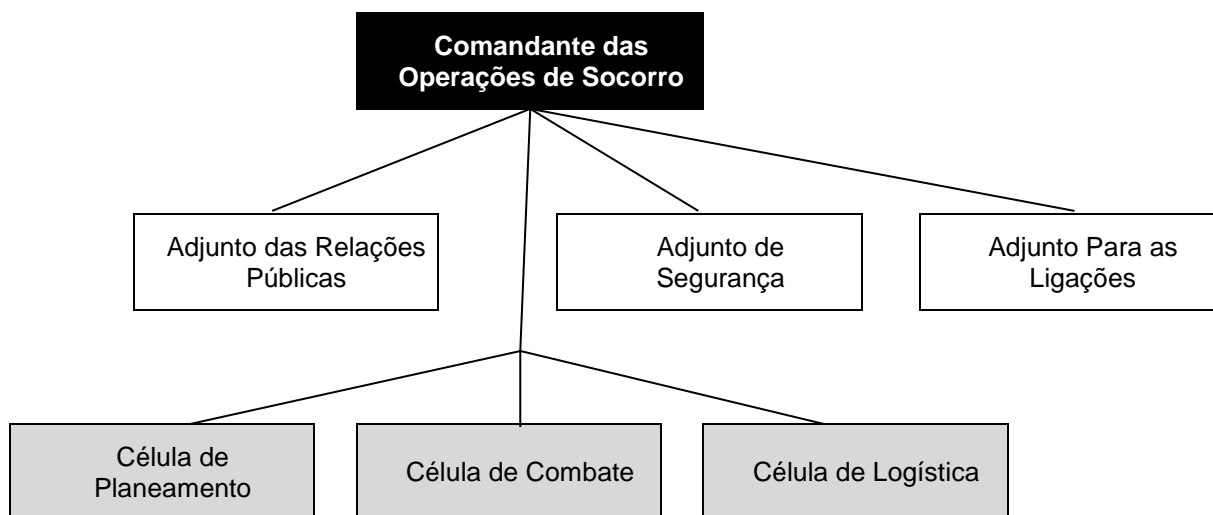


Figura 4 – Organização do PCO.

O PCO é o órgão diretor das operações no local da ocorrência e tem as seguintes missões:

#### **Célula de Planeamento**

- Recolha e tratamento operacional das informações;
- Preparação das ações a desenvolver.

#### **Célula de Combate**

- Formulação e transmissão de ordens, diretrizes e pedidos;
- Controlo de execução das ordens.

#### **Célula de Logística**

- Manutenção das capacidades operacionais dos meios empregados;
- Gestão dos meios de reserva.

A coordenação do PCO cabe ao COS, o qual, no presente sistema é a única função de carácter obrigatório, por outro lado, todas as outras funções existirão, apenas, por necessidade, devido à dimensão da emergência.

As **zonas de intervenção** configuram-se como áreas circulares, de amplitude variável e adaptadas às circunstâncias e à configuração do terreno, compreendendo:

- *Zona de Sinistro (ZS);*
- *Zona de Apoio (ZA);*
- *Zona de Concentração e Reserva (ZCR);*
- *Zona de Receção de Reforços (ZRR).*

As zonas delimitadas como ZS e ZA são constituídas nas áreas de maior perigo. As zonas ZA e ZCR podem sobrepor-se em caso de necessidade.

#### **Zona de Sinistro**

- Local onde se desenvolve a ocorrência;
- Área de acesso restrito;
- Encontram-se exclusivamente os meios necessários à intervenção direta, sob responsabilidade do PCO.

#### **Zona de Apoio**

- Zona adjacente à ZS;
- Área de acesso condicionado;
- Onde se encontram os meios de apoio e logística estritamente necessária ao suporte dos meios de intervenção.

#### **Zona de Concentração e Reserva**

- Onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata;
- Local destinado a manter um sistema de apoio logístico e assistência pré hospitalar;

- Local onde têm lugar as concentrações e trocas de recursos pedidos pelo PCO.

### **Zona de Receção de Reforços**

- Zona de controlo e apoio logístico sob responsabilidade do Centro de Coordenação de Operações;
- Zona onde se dirigem os meios e de reforço solicitados, antes de serem enviados para a ZCR.

Neste contexto, a ilustração seguinte identifica e apresenta as zonas referidas anteriormente, localizadas num determinado TO (Figura 5).

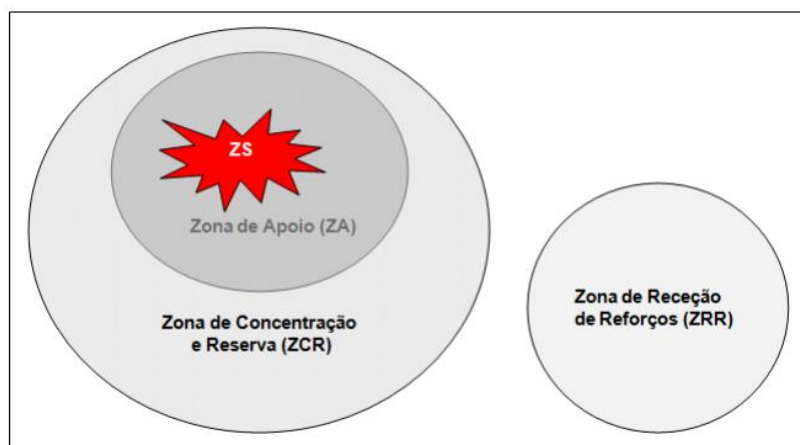


Figura 5 – Delimitação das zonas de intervenção no TO.

### **1.3.1 – Plano de Ação**

Em cada TO deverá existir um plano de ação elaborado no momento da resposta, contudo este não necessita de ser escrito, no entanto, terá de ser apresentado, o que implica a realização de *briefings* e *debriefings* regulares. Estes planos têm um ciclo de vida denominado período operacional e são revistos no final de cada período e adaptados às novas necessidades. Em situações de emergência em que a complexidade da gestão ou o tempo previsto de duração das operações de socorro seja elevado, os planos deverão ser escritos.

**Objetivos:** Fixados pelo COS.

**Estratégia:** Formas de alcançar o resultado esperado.

**Organização:** Como se irá organizar a estrutura modelar e como se estabelecerão as dependências hierárquicas.

**Recursos requeridos:** Identificação dos recursos necessários espectáveis.

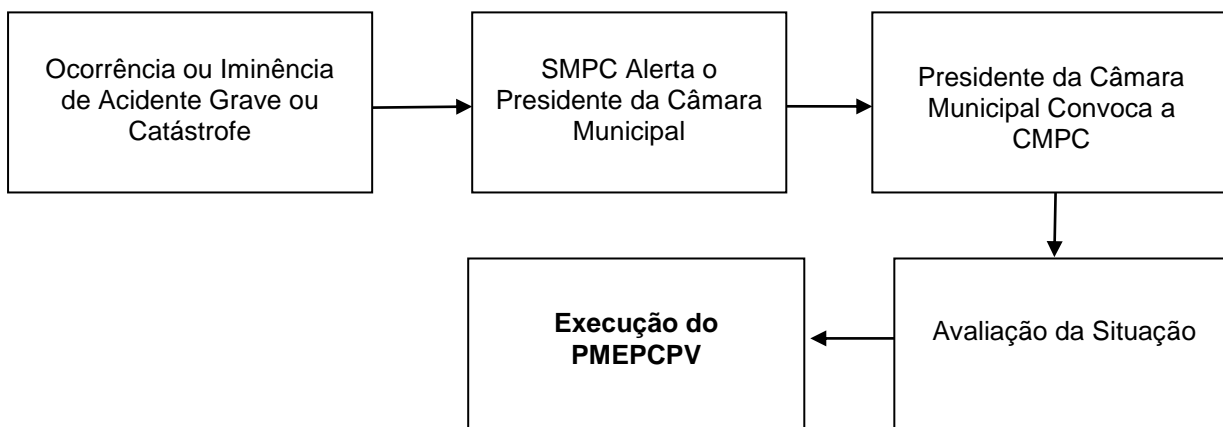
**Táticas:** Definição de quem, o quê, como, onde e quando.

**Comando Unificado:** Em cada TO só existirá um COS, independentemente de existirem várias instituições com competência técnica e jurisdicional.

## 2 – EXECUÇÃO DO PLANO

No uso das competências e responsabilidades que legalmente lhe estão atribuídas no âmbito da direção e coordenação das operações de proteção civil, o Presidente da Câmara Municipal (ou seu legítimo substituto), como Diretor Plano, deverá assegurar a criação das condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado, não só de todos os meios e recursos disponíveis, assim como dos meios de reforço externos que venham a ser obtidos.

Para desencadear o processo de execução do PMEPCPV terão de se verificar os seguintes procedimentos:



Após a averiguação da necessidade de se ativar o PMEPCPV e de modo a assegurar que todos os APC, entidades e organismos intervenientes em ações de proteção civil atuem, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional, é seguida a estrutura definida no ponto 1.3 – Sistema de Gestão de Operações, da parte II, do plano.

A execução do PMEPCPV compreende as duas fases distintas, designadamente a fase de emergência e a de reabilitação. A fase de emergência tem por objetivo executar as ações de resposta e a fase de reabilitação destina-se às ações e medidas da reposição urgente da normalidade.

### 2.1 – Fase da Emergência

A fase de emergência caracteriza as ações de resposta tomadas e desenvolvidas nas primeiras horas após um acidente grave ou catástrofe e destina-se a providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização das consequências, nomeadamente as que tenham impacto nos cidadãos, no património e no ambiente.

Neste âmbito, consideram-se todos os meios e recursos disponíveis no concelho, públicos ou privados, que venham a ser requisitados para as operações de proteção civil, em situação de emergência. Assim, pretende



garantir-se condições para prevenir os riscos, atenuar ou limitar os efeitos, socorrer as pessoas em perigo e repor a normalidade no mais curto espaço de tempo.

De acordo com os níveis de estado de alerta especial mencionados no ponto 7.2, da parte I, representa-se na figura 6 ações de intervenção segundo o grau de gravidade da emergência.

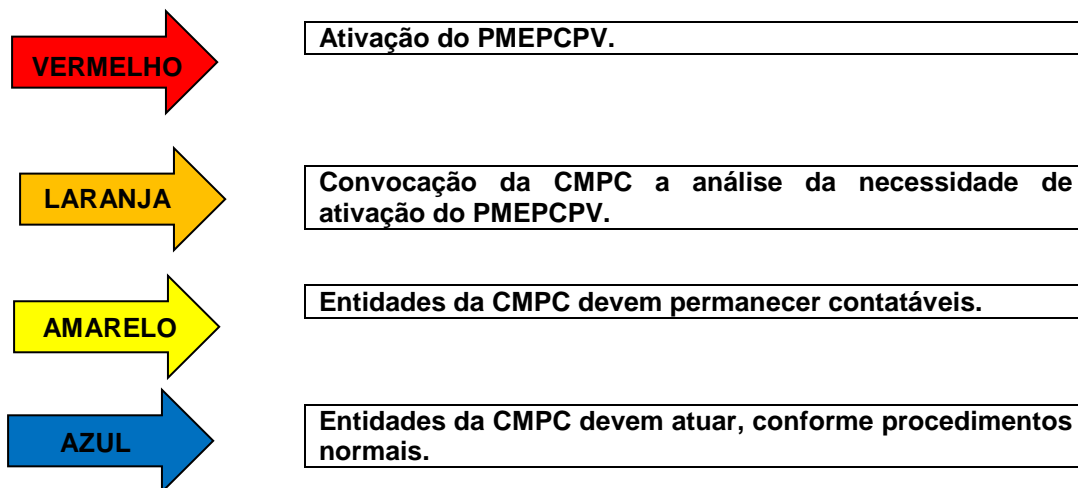


Figura 6 – Definição das ações de intervenção segundo o nível de estado de alerta Especial.

É de referir, ainda, que segundo o n.º 2, do artigo 15.º, da lei mencionada anteriormente, a **declaração de estado de alerta determina uma obrigação especial de colaboração dos Órgãos de Comunicação Social (OCS)**, em particular das rádios e das televisões, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação de emergência.

No sentido de criar mecanismos de resposta sustentada e de executar os procedimentos e responsabilidades às soluções decorrentes de emergências, a tabela seguinte define quais os APC, organismos e entidades de apoio, face à tipologia do risco que pode determinar a ativação do plano.

Procedimentos	Responsáveis
Identificação dos perigos Existência de vítimas	COS
Combate a incêndio	BVPV
Evacuação de espaços	BVPV PSP da Praia da Vitória
Perímetro de Segurança	COS PSP da Praia da Vitória
Corte de água, luz e gás	Técnicos das entidades responsáveis
Controlo de trânsito	PSP da Praia da Vitória e GNR da Praia da Vitória
Busca, salvamento e transporte de vítimas	BVPV Forças Armadas
Instalação de postos de triagem	CVP
Identificação de agente infectocontagioso	Autoridade Sanitária do Município



Identificação de locais de quarentena	Unidade de Saúde da Ilha Terceira
Verificação de ameaça de bomba	PSP da Praia da Vitória
Garantir meios e recursos disponíveis no PMEPCPV	CMPC
Apoio logístico	SMPC da Praia da Vitória
Divulgação de informação à população e à comunicação social	COS Diretor do Plano Autoridade Sanitária do Município Gabinete de Comunicação da CMPV

## 2.2 – Fase de Reabilitação

A fase de reabilitação caracteriza-se pelo conjunto de ações e medidas de recuperação destinadas à reposição urgente da normalização das condições de vida das populações atingidas, ao rápido restabelecimento das infraestruturas e dos serviços públicos e privados essenciais, fundamentalmente:

Procedimentos	Responsáveis
Remoção de cadáveres	BVPV PSP da Praia da Vitória CVP Autoridade Sanitária do Município
Verificação do risco de epidemia	Autoridade Sanitária do Município
Restabelecimento de água, luz, gás e comunicações	Técnicos das entidades responsáveis
Demolição de destroços	BVPV SMPC da Praia da Vitória
Desobstrução e reparação das vias de comunicação	SMPC da Praia da Vitória CMPV Delegação da Secretaria Regional do Turismo e Transportes
Reabilitação dos serviços mínimos	SMPC da Praia da Vitória
Promover o regresso das populações, bens e animais deslocados	SMPC da Praia da Vitória PSP da Praia da Vitória BVPV CVP
Controlo de acesso às zonas sinistradas	PSP da Praia da Vitória GNR da Praia da Vitória SMPC da Praia da Vitória CVP
Prestar apoio psicossocial à população	Instituto de Segurança Social Cáritas Portuguesa Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória

Avaliação e quantificação dos danos pessoais e materiais	SMPC da Praia da Vitória
Inspeção de infraestruturas	SMPC da Praia da Vitória Outras entidades responsáveis CMPV Delegação da Secretaria Regional do Turismo e Transportes

### **3 – ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES**

Em conformidade com o disposto no artigo 46.º, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho, são **APC no concelho da Praia da Vitória**, de acordo com as suas atribuições próprias:

- Corpo de BVPV;
- PSP da Praia da Vitória;
- GNR da Praia da Vitória;
- Forças Armadas (FA) – Comando da Zona Aérea dos Açores (Base Aérea n.º 4);
- Autoridade Marítima (AM) – Capitania do Porto da Praia da Vitória e Polícia Marítima;
- Serviços de Saúde – Unidade de Saúde da Ilha Terceira (Hospital, Centro de Saúde da Praia da Vitória e postos de saúde do concelho);
- CVP.

Segundo o mesmo artigo têm especial dever de cooperação com os APC mencionados anteriormente os demais organismos e entidades de apoio:

- CMPV;
- SMPC da Praia da Vitória;
- Juntas de Freguesia da Praia da Vitória;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória;
- Autoridade Sanitária do Município;
- Instituto de Segurança Social;
- Cáritas Portuguesa;
- Escuteiros do Corpo Nacional de Escutas (CNE);
- Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória;
- Secretaria Regional do Turismo e Transportes;
- Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente;

- Empresa de Eletricidade dos Açores, SA (EDA, SA);
- Portos dos Açores, SA;
- Associação de Radioamadores da Praia da Vitória;
- Tertúlia de Radioamadores da Praia da Vitória;
- Órgãos de Comunicação Social.

Os organismos e entidades de apoio são todos serviços e instituições, públicos ou privados, com o dever de cooperação com os APC ou com competências específicas em domínios com interesse para a prevenção, atenuação e socorro às pessoas, bens e ambiente.

As ações dos APC, entidades e organismos durante as fases de emergência e de reabilitação encontram-se definidos nos pontos 3.1 e 3.2, da parte II, do PMEPCPV.

### 3.1 – Missão dos Agentes de Proteção Civil

#### 3.1.1 – Fase de Emergência e de Reabilitação

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
<b>Corpo de BVPV</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Combate a incêndios;</li><li>- Socorro às populações em caso de ocorrência dos riscos naturais e/ou tecnológicos previsto no PMEPCPV;</li><li>- Garante a emergência pré hospitalar;</li><li>- Socorro a náufragos e buscas subaquáticas;</li><li>- Participa na prestação de primeiros socorros aos sinistrados, assim como na evacuação primária;</li><li>- Apoia o transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações isoladas;</li><li>- Colabora nas ações de mortuária, quando necessário;</li><li>- Colabora no transporte de pessoas, animais e bens.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré hospitalar;</li><li>- Colabora nas ações de mortuária, quando necessário;</li><li>- Colabora no transporte de pessoas, bens e animais.</li></ul>
<b>PSP da Praia da Vitória</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Colabora no sistema de aviso às populações;</li><li>- Garante a manutenção da ordem pública;</li><li>- Garante a segurança das pessoas e dos seus bens;</li><li>- Garante a segurança de estabelecimentos públicos, proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias e instalações de interesse público ou estratégico municipal (transportes, distribuição da água, entre outros);</li><li>- Segurança de meios a utilizar nas operações de emergência;</li><li>- Presta ajuda às populações e socorro aos sinistrados e apoia em especial os grupos de risco;</li><li>- Empenha meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas;</li><li>- Estabelecer na sua área de jurisdição perímetros de segurança;</li><li>- Condicionar os acessos na eventualidade de acidentes com aeronaves;</li><li>- Condicionamento de acesso, circulação e permanência de pessoas e bens;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Colabora nas ações de informação pública do fim da fase de emergência, mencionado as medidas de autoproteção a serem tomadas após o acidente grave ou catástrofe;</li><li>- Garante a manutenção da ordem pública;</li><li>- Garante a segurança das pessoas e dos seus bens;</li><li>- Garante a segurança de estabelecimentos públicos, proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias e instalações de interesse público ou estratégico municipal (transportes, distribuição da água, entre outros);</li><li>- Segurança de meios a utilizar nas operações de reabilitação;</li><li>- Isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança;</li><li>- Garante o controlo de tráfego e de acessos;</li><li>- Assegura as ações de retorno das populações sinistradas a casa e bens;</li><li>- Previne a criminalidade organizada, a prática dos demais atos</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro;</li> <li>- Apoio à evacuação de populações em perigo;</li> <li>- Previne a criminalidade organizada, a prática dos demais atos contrários à Lei e aos regulamentos, bem como o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança.</li> </ul>	contrários à Lei e aos regulamentos, bem como o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança.
<b>GNR da Praia da Vitória – Brigada Fiscal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora no sistema de aviso às populações;</li> <li>- Empenhamento de meios cinotécnicos na busca e resgate de vítima;</li> <li>- Cooperar com a PSP, quando solicitado por esta;</li> <li>- Controlo aduaneiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora nas ações de informação pública do fim da fase de emergência, mencionado as medidas de autoproteção a serem tomadas após o acidente grave ou catástrofe;</li> <li>- Colabora logisticamente com as áreas de intervenção presentes no TO, na fase de reabilitação.</li> </ul>
<b>FA – Comando da Zona Aérea (Base Aérea N.º 4)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora no sistema de aviso às populações;</li> <li>- Apoio de populações sinistradas ou sinistráveis;</li> <li>- Disponibilização de meios aéreos para ações iniciais de reconhecimento e avaliação e transporte de pessoal;</li> <li>- Apoio em operações de busca e salvamento, de socorro e de evacuação;</li> <li>- Apoio sanitário de emergência;</li> <li>- Apoio em operações de limpeza e descontaminação das áreas afetadas;</li> <li>- Disponibilização de bens essenciais (alojamento, alimentação, higiene, agasalho, roupas, entre outros) às populações sinistradas e sinistráveis;</li> <li>- Apoio na organização e instalação de abrigos e campos de desalojados;</li> <li>- Disponibilização de infraestruturas de apoio às áreas sinistradas;</li> <li>- Reforço e/ou reativação das redes de telecomunicações;</li> <li>- Montagem de infraestruturas expedidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora com a área de intervenção <i>Gestão da Informação</i> e autoridades competentes locais no sistema de informação às populações, nomeadamente nas medidas a tomar após o evento, no sentido de precaver situações consequentes graves;</li> <li>- Disponibiliza infraestruturas de apoio às áreas sinistradas e meios aéreos;</li> <li>- Apoio na movimentação de populações sinistradas;</li> <li>- Colabora no apoio logístico às forças de proteção e socorro, nomeadamente em alimentação, montagem de cozinhas, refeitórios de campanha, água, combustível e material diverso (tendas de campanha, geradores, entre outros);</li> <li>- Colabora na disponibilização de bens essenciais (alojamento, alimentação, higiene, agasalhos, roupas, entre outros);</li> <li>- Presta apoio sanitário;</li> <li>- Promove alojamento de emergência;</li> <li>- Colabora com meios de Engenharia Militar em operações de limpeza e descontaminação das áreas afetadas;</li> <li>- Cooperar na reabilitação de infraestruturas danificadas;</li> <li>- Reabilita as redes de telecomunicações.</li> </ul>
<b>AM – Capitania do Porto da Praia da Vitória</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a execução da política de proteção civil em áreas de direito público marítimo, desempenhando funções nos domínios de alerta, aviso, intervenção, busca e salvamento, apoio e socorro nos seus espaços de jurisdição;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a execução da política de proteção civil em áreas de direito público marítimo, nomeadamente a reposição da normalidade;</li> <li>- Colabora na recuperação de infraestruturas portuárias e nas ações de informação e sensibilização pública;</li> </ul>

<b>e Polícia Marítima</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A estrutura operacional integrada na Autoridade Marítima, nomeadamente a Polícia Marítima, apoia a PSP, quando necessário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Polícia Marítima apoia a PSP, quando necessário.</li> </ul>
<b>Serviços de Saúde – Unidade de Saúde da Ilha Terceira (Hospital, Centro de Saúde da Praia da Vitória e postos de saúde do concelho)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenam todas as ações de saúde;</li> <li>- Auxiliam, se necessário, a evacuação primária;</li> <li>- Coordenam e asseguram a triagem e a evacuação secundária;</li> <li>- Apoiam, com recursos humanos e materiais, a prestação de cuidados nos postos de triagem e hospitais de campanha;</li> <li>- Prestam assistência médica no local da catástrofe;</li> <li>- Asseguram uma permanente articulação entre os serviços de saúde com vista a garantir a máxima assistência médica nas instalações dos mesmos;</li> <li>- Garantem um reforço adequado de profissionais nas unidades de saúde e na zona de sinistro;</li> <li>- Asseguram a constituição de uma única cadeia de comando na área de intervenção médico sanitário;</li> <li>- Elaboram um organograma da cadeia de prestação de socorros médicos e de evacuação, desde o local de receção até às unidades de saúde;</li> <li>- Coordenam a articulação entre as instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenam todas as ações de saúde;</li> <li>- Asseguram a evacuação de vítimas em estado crítico para o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e, se necessário, para hospitais no exterior da ilha com unidades especializadas;</li> <li>- Prestam cuidados médicos às populações evacuadas;</li> <li>- Coordenam as ações de saúde, nos campos de desalojados, nas áreas sinistradas e sinistráveis, nas unidades de saúde, entre outros.</li> </ul>
<b>CVP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora com as autoridades competentes no sistema de informação às populações, difundido concelhos de âmbito sanitário, no sentido de precaver situações consequentes graves;</li> <li>- Presta apoio, busca e salvamento, socorro e assistência sanitária e social;</li> <li>- Assegura a evacuação de feridos, o transporte de desalojados e ilesos e a instalação de postos de alojamento temporário;</li> <li>- Assegura a montagem de postos de triagem, estabilização e evacuação;</li> <li>- Promove o apoio psicossocial, através de equipas de psicólogos e de equipas voluntárias de jovens e/ou outras camadas da população;</li> <li>- Colabora na distribuição de roupas e alimentos às populações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora com as autoridades competentes no sistema de informação às populações, difundido concelhos de âmbito sanitário, no sentido de precaver situações consequentes graves;</li> <li>- Presta apoio e assistência sanitária;</li> <li>- Participa nas ações de apoio social e bem estar às populações;</li> <li>- Distribuição de bens essenciais (alojamento, alimentação, higiene, agasalhos, roupas, entre outros) aos sinistrados.</li> </ul>

## 3.2 – Missão dos Organismos e Entidades de Apoio

### 3.2.1 – Fase de Emergência e de Reabilitação

Organismos e Entidades de Apoio	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
<b>CMPV</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC;</li> <li>- Garante os meios e recursos imprescindíveis às operações de emergência, em particular com os serviços da Associação Salão Teatro Praisense, nomeadamente assistência social, da Praia Ambiente, EM, no âmbito da rede municipal de abastecimento de água, e da Cooperativa Praia Cultural;</li> <li>- Solicita ao SRPCBA a participação das FA em função das necessidades operativas;</li> <li>- Em caso de manifesta urgência, o Presidente da Câmara Municipal pode solicitar a colaboração das FA diretamente aos comandantes das unidades implantadas na região, cabendo ao coordenador do SMPC dar conhecimento ao SRPCBA;</li> <li>- Assegura o desencadeamento de ações financeiras, quando necessário, com vista às operações de emergência e para fazer frente a problemas sociais graves gerados pelo evento, que nem sempre os mecanismos de assistência pública e privada permitem dar resposta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura todas as operações de reabilitação estrutural e infraestrutural no município de âmbito humano, social e económico, de serviços, entre outros e presta apoio à CMPC (implementando planos especiais de recuperação, se necessário, no sentido de restabelecer a normalidade das condições de vida das populações em áreas afetadas pelo evento);</li> <li>- Assegura as ações financeiras com vista às operações de reabilitação e de auxílio aos sinistrados (nomeadamente na reconstrução e reparação de habitações, unidades de exploração económica e cobertura de outras necessidades sociais permanentes), quando os danos não sejam cobertos por quaisquer outras entidades públicas ao abrigo de regimes específicos, ou por outras entidades privadas e quando as pessoas que os sofreram não tenham capacidade efetiva para, pelos seus próprios meios, os superarem. O montante dos apoios a conceder em cada caso é fixado em função da avaliação dos danos verificados, conjugado com a capacidade efetiva dos sinistrados para, pelo seus próprios meios, superarem os danos sofridos, tendo ainda em conta o conjunto dos apoios proporcionados no âmbito dos programas sectoriais que beneficiem a área afetada;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC.</li> </ul>
<b>SMPC da Praia da Vitória</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atenua os riscos coletivos e limita os seus efeitos na área do município;</li> <li>- Socorre e assiste as pessoas e outros seres vivos em perigo;</li> <li>- Protege bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC;</li> <li>- Auxilia, quando solicitado, com meios humanos e materiais os APC, organismos e entidades de apoio, na emergência, de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoia a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe;</li> <li>- Coordena às ações de reabilitação no concelho;</li> <li>- Auxilia, quando solicitado, com meios humanos e materiais os APC, organismos e entidades de apoio, na reabilitação, de acordo com as suas próprias competências;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC.</li> </ul>



	<p>acordo com as suas próprias competências;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garante o conhecimento ao SRPCBA, caso solicitado a colaboração das FA diretamente aos comandantes das unidades implantadas na região, justificado pela urgência.</li> </ul>	
<b>Juntas de Freguesia da Praia da Vitória</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colaboram na alimentação e distribuição de água potável à população, assim como promovem ações destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos;</li> <li>- Cooperam com o SMPC e CMPC, prestando toda a ajuda que lhes for solicitada, no âmbito das suas atribuições e competências, próprias ou delegadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperam com o SMPC e CMPC, prestando toda a ajuda que lhes for solicitada, no âmbito das suas atribuições e competências, próprias ou delegadas.</li> </ul>
<b>Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibiliza meios, recursos e pessoal para a efetiva montagem do dispositivo;</li> <li>- Apoia logisticamente a sustentação das operações de emergência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoia, as operações do Corpo de Bombeiros, durante a fase de reabilitação, com recursos humanos e materiais.</li> </ul>
<b>Autoridade Sanitária do Município</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assume a direção e coordenação das ações decorrentes dos cadáveres como declarar óbito, como a identificação dos corpos com vista à sua entrega aos familiares, entre outros;</li> <li>- Colabora na localização das zonas de reunião de mortos e morgues provisórias;</li> <li>- Promove saúde pública, de acordo com o seu âmbito e área de jurisdição, nos termos da legislação;</li> <li>- Promove ações de vacinação, de acordo com a situação de emergência;</li> <li>- Cooperar com as áreas de intervenção serviços médicos e transporte de vítimas, na sua área de jurisdição;</li> <li>- Acompanha as atividades decorrentes nos campos de desalojados e nas infraestruturas destinadas a alojamento de emergência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coopera nas ações de reabilitação das áreas de intervenção serviços médicos e transporte de vítimas e serviços mortuários;</li> <li>- Promove condições de saúde pública;</li> <li>- Promove ações de vacinação, de acordo com a situação do evento;</li> <li>- Acompanha as atividades decorrentes nos campos de desalojados e nas infraestruturas destinadas a alojamento de emergência relativamente às condições sanitárias;</li> <li>- Elabora relatórios e divulga as informações;</li> <li>- Disponibiliza informação útil, em tempo real, à CMPC, na fase de reabilitação.</li> </ul>
<b>Instituto de Segurança Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura e coordena as ações de apoio social às populações, em articulação com os vários sectores intervenientes;</li> <li>- Presta apoio social de emergência;</li> <li>- Colabora com a área de intervenção <i>Serviços Médicos e Transportes de Vítimas</i>, no domínio do apoio psicológico;</li> <li>- Promove a definição de critérios de apoio às populações;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura e coordena as ações de apoio social às populações, em articulação com os vários sectores intervenientes, na fase de reabilitação;</li> <li>- Garante a evacuação das populações desalojadas para infraestruturas destinadas a alojamento de emergência ou para os campos de desalojados;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornece alimentos, agasalhos, higiene, roupas, abrigo, receção, registo, pesquisa e, ainda, serviços de assistência individual;</li> <li>- Ativa os centros de acolhimento temporários e informa as forças de socorro e a população da sua localização;</li> <li>- Assegura a constituição de equipas para receção dos sinistrados, atendimento e encaminhamento, em articulação com os vários sectores intervenientes;</li> <li>- Participa nas ações de pesquisa e reunião de desaparecidos;</li> <li>- Regista todas as vítimas atingidas pelo evento;</li> <li>- Colabora nas ações de reunião de famílias;</li> <li>- Colabora na instalação de campos de desalojados, implementando medidas de saneamento básico e bem estar aos sinistrados;</li> <li>- Garante a fase de evacuação das populações sem abrigo para os campos de desalojados ou para infraestruturas destinadas a alojamento de emergência;</li> <li>- Colabora nas ações de movimentação de populações;</li> <li>- Colabora, quando solicitado, nas ações de informação pública às populações afetadas pelo evento;</li> <li>- Auxilia na confeção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido nas ações de socorro, depois de esgotada a capacidade própria das organizações a que pertencem ou que estejam afetos, através de um sistema de requisição;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora nas ações de movimentação de populações;</li> <li>- Presta apoio psicossocial e distribui bens de primeira necessidade (alimentos, agasalhos, higiene, roupas, entre outros) aos sinistrados nas localidades atingidas pelo evento, bem como nos campos de desalojados ou em abrigos de emergência;</li> <li>- Elabora, os relatórios de desaparecidos e das vítimas atingidas pelo evento, em conjunto com as entidades competentes locais e regionais;</li> <li>- Coordena as medidas de acompanhamento e suporte às vítimas;</li> <li>- Garante ações de salubridade nas áreas de alojamento de emergência, em conjunto com as entidades e forças competentes;</li> <li>- Assegura, com as áreas de intervenção competentes, quando reposto as condições normais de vida, o regresso das populações e bens a casa;</li> <li>- Colabora nas ações de reunião de famílias;</li> <li>- Auxilia, quando solicitado, nas ações de informação pública às populações afetadas pelo evento, durante a fase de reabilitação;</li> <li>- Cooperar na confeção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido nas ações de reabilitação, depois de esgotada a capacidade própria das organizações a que pertencem ou que estejam afetos, através de um sistema de requisição;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC, na fase de reabilitação.</li> </ul>
<b>Cáritas Portuguesa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sob a coordenação da CVP, atua nos domínios do apoio logístico e social, dentro das suas próprias disponibilidades;</li> <li>- Assegura a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem abrigo e doentes;</li> <li>- Acolhe, acompanha e encaminha situações de carência sócio económica;</li> <li>- Assegura um sistema de recolha de dádivas, articulando-se no dispositivo;</li> <li>- Colabora, com as áreas de intervenção <i>Administração de Meios e Recursos</i> e <i>Logística</i>, na receção, gestão e distribuição às populações de ofertas de ajuda das comunidades emigrantes e de organizações internacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxilia com recursos humanos e materiais as ações de socorro e de solidariedade aos sinistrados, na fase de reabilitação, reforçando, de acordo com as próprias disponibilidades, os APC, organismos e entidades de apoio;</li> <li>- Colabora, durante a fase de reabilitação, na gestão de voluntários, de benévolos e de dádivas;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC, na fase de reabilitação.</li> </ul>

<b>Escuteiros do CNE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiam no alojamento temporário e distribuição de alimentos;</li> <li>- Colaboram na gestão de campos de desalojados;</li> <li>- Auxiliam no alojamento temporário e distribuição de alimentação, comunicações rádio e sensibilização às populações;</li> <li>- Asseguram um sistema de recolha de dádivas, articulando-se no dispositivo;</li> <li>- Colaboram, com as áreas de intervenção <i>Administração de Meios e Recursos</i> e <i>Logística</i>, na receção, gestão e distribuição às populações de ofertas de ajuda das comunidades emigrantes e de organizações internacionais;</li> <li>- Colaboram, com as áreas de intervenção <i>Administração de Meios e Recursos</i> e <i>Logística</i>, na receção de pessoal voluntário e benévolo e na integração destes, de acordo com as suas próprias competências, nos APC, organismos e entidades de apoio;</li> <li>- Auxiliam, as áreas de intervenção <i>Administração de Meios e Recursos</i> e <i>Logística</i>, nas ações de receção e integração de meios humanos e materiais, provenientes de organizações externas (nacionais ou estrangeiras).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxiliam com recursos humanos e materiais as ações de socorro e de solidariedade aos sinistrados, na fase de reabilitação, reforçando, de acordo com as próprias disponibilidades, os APC, organismos e entidades de apoio;</li> <li>- Colaboram, durante a fase de reabilitação, na gestão de voluntários, de benévolos e de dádivas;</li> <li>- Prestam assessoria técnica especializada à CMPC, na fase de reabilitação.</li> </ul>
<b>Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibiliza locais de alojamento temporário para desalojados;</li> <li>- Colabora na distribuição de alimentação, agasalhos e distribuição de água potável à população;</li> <li>- Auxilia, com recursos humanos e materiais, as ações de solidariedade, durante as operações de emergência, reforçando as áreas de intervenção de acordo com as suas competências específicas;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxilia com recursos humanos e materiais as ações de solidariedade aos sinistrados, na fase de reabilitação, reforçando, de acordo com as suas próprias disponibilidades, os APC, organismos e entidades de apoio;</li> <li>- Colabora, durante a fase de reabilitação, na gestão de voluntários, de benévolos e de dádivas;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC, na fase de reabilitação.</li> </ul>
<b>Secretaria Regional do Turismo e Transportes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura e coordena, na sua área de jurisdição, o sistema de transporte terrestre, aéreo e marítimo;</li> <li>- Garante logisticamente a sustentação das operações com meios de transporte;</li> <li>- Colabora na desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro identificados;</li> <li>- Disponibiliza pessoal para o socorro, de acordo com as suas competências;</li> <li>- Promove, na sua área de jurisdição, o levantamento, a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura e coordena, na sua área de jurisdição, todo o sistema de transporte terrestre, aéreo e marítimo, na fase de reabilitação;</li> <li>- Garante com recursos humanos e materiais a sustentação das operações, na reabilitação;</li> <li>- Promove, na sua área de jurisdição, o levantamento, a restauração e a recuperação das infraestruturas terrestre, aéreas e marítimas;</li> <li>- Promove a reabilitação da rede regional afetada;</li> <li>- Assegura, em conjunto com os APC, organismos e entidades competentes, a movimentação dos sem abrigo para os campos de</li> </ul>

	<p>restauração e a recuperação de emergência das infraestruturas necessárias para uma capacidade de resposta efetiva, seja ela por via terrestre, aérea ou marítima;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura, em conjunto com os APC, organismos e entidades competentes, a movimentação de populações para os campos de desalojados ou para infraestruturas destinadas a alojamento de emergência;</li> <li>- Colabora, com os meios disponíveis, nas ações de transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações e animais isolados, alojamento de emergência, combustíveis para as operações de emergência, entre outros;</li> <li>- Cede instalações para a criação de armazéns de emergência, alojamento dos sem abrigo ou hospital de campanha, entre outros, de acordo com as necessidades decorrentes do evento;</li> <li>- Assegura a disponibilidade de técnicos, com responsabilidades nas infraestruturas afetadas, para integrar equipas técnicas de reconhecimento e avaliação. Estas equipas poderão ser mistas, integrando também técnicos do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC);</li> <li>- Mantém atualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário regional;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC.</li> </ul>	<p>desalojados ou para as infraestruturas destinadas a alojamento de emergência, bem como o regresso dos sinistrados e bens a casa;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora, com os meios disponíveis, nas ações de transporte de bens de primeira necessidade para os campos de desalojados, para as infraestruturas destinadas a alojamento de emergência ou para as zonas habitacionais afetadas pelo evento, bem como combustíveis para as operações de reabilitação, entre outros;</li> <li>- Apoia o transporte de bens essenciais de sobrevivência aos animais isolados;</li> <li>- Assegura a disponibilidade de técnicos, com responsabilidade nas infraestruturas afetadas, para integrar equipas técnicas de reconhecimento e avaliação. Estas equipas poderão ser mistas, integrando também técnicos do LREC;</li> <li>- Cooperar, em conjunto com outros organismos e entidades, no levantamento, restauração e recuperação de infraestruturas e no estudo técnico, no sentido de melhorar as construções habitacionais, de forma a atenuar ou minorar os danos na ocorrência de um acidente grave ou catástrofe;</li> <li>- Assegura o apoio técnico em inspeções e vistorias locais de maior exigência técnica ou de maior exigência de segurança;</li> <li>- Propõe medidas imediatas de atuação, mesmo que de carácter provisório, que permitam ultrapassar ou corrigir situações de insuficiência ou de risco;</li> <li>- Colabora na escolha de medidas e soluções a implementar para resolução dos problemas após a emergência;</li> <li>- Assegura a disponibilidade de quadros técnicos para formar e orientar as Equipas Técnicas de Reconhecimento e Avaliação de infraestruturas e de edifícios;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC, na fase de reabilitação.</li> </ul>
<b>Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora na definição de medidas tendentes à minimização de danos provocados pelo acidente grave ou catástrofe no âmbito dos recursos agrícolas e pecuários, considerando os aspetos de sanidade animal, evacuação/transumância ou eventual abate se uma situação de exceção assim o exigir;</li> <li>- Coordena as ações de saúde pública, nomeadamente o controlo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperar, com recursos humanos e materiais, nas operações de reabilitação, de acordo com o seu âmbito e área de jurisdição, nos termos da legislação;</li> <li>- Colabora no sistema de abastecimento de água aos sinistrados e às unidades empenhadas nas ações de reabilitação;</li> <li>- Cooperar, quando solicitado, no fornecimento de água aos animais</li> </ul>

	<p>de doenças animais transmissíveis e da qualidade dos produtos agroalimentar;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Assegura a minimização de impactos ao meio florestal;</li><li>- Garante auxílio, de acordo com as suas disponibilidades, ao Corpo de BVPV e às áreas de intervenção, nomeadamente: no reforço logístico com recursos humanos, máquinas especiais em função das suas disponibilidades, entre outros; na gestão de informação, coordenando programas de sensibilização direcionado para a florestal numa estratégia de comunicação às populações sinistradas; no isolamento de áreas, estabelecendo perímetros de segurança, quando ocorrido um incêndio florestal; e no socorro e salvamento com recursos humanos e materiais;</li><li>- Auxilia, quando solicitado, no isolamento de zonas quando ocorrido um incêndio urbano, colaborando com a área de intervenção <i>Manutenção da Ordem Pública</i>;</li><li>- Autoriza a utilização dos reservatórios de água destinado à agricultura para combate a incêndios;</li><li>- Disponibiliza informação de apoio à decisão para a CMPC como cartografia, mapas de apoio ao combate e circunscrição de incêndios;</li><li>- Colabora na desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro identificados, de acordo com a sua área de jurisdição, nos termos da legislação;</li><li>- Apoia, quando solicitado, a área de intervenção <i>Procedimentos de Evacuação</i> na organização física dos campos de desalojados (trabalhos de engenharia, terraplanagens, entre outros);</li><li>- Colabora no sistema de abastecimento de água aos sinistrados e às unidades empenhadas nas ações de emergência;</li><li>- Cooperar, quando solicitado, no fornecimento de água aos animais isolados;</li><li>- Apoia logisticamente a sustentação das operações de combate a incêndios, quando solicitado;</li><li>- Assegura condições de saúde pública;</li><li>- Colabora no restabelecimento dos canais de distribuição de água potável às populações afetadas;</li><li>- Assegura a minimização de impactos ao meio ambiente e à</li></ul>	<p>isolados;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Auxilia, com recursos humanos e materiais, na recuperação e na restauração das redes danificadas de distribuição de água potável;</li><li>- Auxilia, quando solicitado, nas ações de combate a incêndios e de rescaldo;</li><li>- Assegura condições de saúde pública;</li><li>- Assegura a reabilitação e a limpeza do meio ambiente e da natureza agredida, no âmbito da sua área de jurisdição, nos termos da legislação;</li><li>- Assegura, quando necessário, perímetros de segurança em zonas e períodos críticos na sua área de jurisdição, na fase de reabilitação;</li><li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC, nomeadamente na avaliação de impactos ambientais após o acidente grave ou catástrofe e nas medidas de reabilitação mais adequadas a serem tomadas.</li></ul>
--	---	--

	<p>natureza;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura perímetros de segurança em zonas e períodos críticos, na sua área de jurisdição;</li> <li>- Colabora nas ações de prevenção, deteção, aviso e alerta no âmbito de acidentes graves ou catástrofes que agridem o meio ambiente e a natureza, na sua área de jurisdição, nos termos da legislação;</li> <li>- Avalia os riscos presentes na cadeia alimentar e comunica os resultados, quando necessário, exercendo a competência de autoridade coordenadora do controlo oficial dos géneros alimentícios;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC.</li> </ul>	
<b>EDA, SA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegura o fornecimento de energia elétrica, em situação de emergência, às populações e aos APC, organismos e entidades de apoio, tendo em conta as prioridades definidas;</li> <li>- Garante a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais, para integrar equipas técnicas de reconhecimento e avaliação das infraestruturas e redes elétricas;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colabora na distribuição de eletricidade às populações afetadas pelo evento e aos APC, organismos e entidades de apoio a operarem, na fase de reabilitação;</li> <li>- Assegura o restabelecimento das redes elétricas danificadas;</li> <li>- Presta assessoria técnica especializada à CMPC, na fase de reabilitação.</li> </ul>
<b>Portos dos Açores, SA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestam assessoria técnica especializada à CMPC;</li> <li>- Detêm a responsabilidade integrada das matérias relacionadas com a segurança portuária, controlo de tráfego marítimo e pilotagem, bem como o controlo ambiental das atividades relacionadas com a exploração portuária;</li> <li>- Coordenam e cooperam nas operações de combate à poluição marítima por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas na área portuária, no âmbito do estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/93, 15 de abril, que aprova o Plano Mar Limpo;</li> <li>- Colaboram nas operações com meios humanos e materiais, de acordo com a sua área de jurisdição, bem como na busca e salvamento marítimo e nas situações de crise de emergência nos portos;</li> <li>- Prestam e gerem, em tempo real, toda a informação relacionada com a movimentação de navios e cargas transportadas, mercadorias perigosas e poluentes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restabelecem a fluidez da navegação marítima, o controlo de tráfego marítimo e pilotagem, a segurança e o funcionamento normalizado dos serviços marítimos e portuários, na sua área de jurisdição;</li> <li>- Colaboram com a AM na recuperação de danos provocados nos recursos naturais, no património cultural subaquático e no meio marinho, de acordo com a sua área de jurisdição;</li> <li>- Reabilitam as áreas de direito público marítimo afetadas como limpeza das matérias poluentes, entre outros danos causados pelo evento;</li> <li>- Promovem saúde pública, colaborando com as autoridades e entidades competentes;</li> <li>- Elaboram relatórios dos danos, de modo a proceder-se à recuperação, o mais rapidamente possível, das condições normais de vida, na sua área de jurisdição;</li> <li>- Garantem com recursos humanos e materiais, quando necessário, as operações de reabilitação, de acordo com as suas competências;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperam com a AM, no sentido de assegurarem a segurança e a fluidez da navegação marítima, a minimização de perdas de vidas, bens e agressões aos recursos naturais, ao património cultural subaquático e ao meio marinho, na sua área de jurisdição, e o eficiente funcionamento dos serviços marítimos e portuários;</li> <li>- Asseguram a disponibilidade das suas embarcações para fins de evacuações médicas, bem como para o transporte de populações e de pessoal do arquipélago a empenhar nas operações de emergência, quando necessário;</li> <li>- Organizam equipas próprias de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações portuárias;</li> <li>- Promovem o levantamento, a restauração e a recuperação de emergência das infraestruturas necessárias para uma capacidade de resposta afetiva;</li> <li>- Colocam as suas capacidades ao serviço do interesse municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colaboram logisticamente com os APC na vigilância ativa após rescaldo no mar dos Açores, e com os organismos e entidades de apoio, no transporte de bens de primeira necessidade, provenientes do exterior da Região ou inter ilhas, aos sinistrados;</li> <li>- Asseguram a receção de recursos materiais (combustível, bens de primeira necessidade, entre outros);</li> <li>- Organizam equipas próprias de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações portuárias;</li> <li>- Promovem o levantamento, a restauração e a recuperação das infraestruturas;</li> <li>- Asseguram a disponibilidade das suas embarcações para fins de evacuações médicas, de populações e de pessoal do arquipélago a empenhar nas operações de reabilitação, quando necessário.</li> </ul>
<p><b>Associação de Radioamadores da Praia da Vitória</b></p> <p><b>e</b></p> <p><b>Tertúlia de Radioamadores da Praia da Vitória</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intervêm e atuam no domínio do apoio às radiocomunicações de emergência, de acordo com as suas próprias disponibilidades;</li> <li>- Funcionam como observadores, que reportam através dos meios de rádio, para os centros decisores, para acionamento de meios de socorro e salvamento;</li> <li>- Estabelecem e garantem autonomamente vias de comunicação, recuperação e integração de outros meios e dispositivos de comunicação, garantindo a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das forças e organismos diversos empenhados, ou a empenhar, nas ações resultantes do evento;</li> <li>- Colocam em funcionamento equipamentos e meios técnicos colapsados;</li> <li>- Procedem ao reforço das redes de telecomunicações, garantindo o seu funcionamento, bem como as comunicações exteriores ao município;</li> <li>- Colocam as suas capacidades ao serviço do interesse municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizam meios, recursos e pessoal de auxílio às radiocomunicações na reabilitação, quando necessário, de acordo com as suas próprias competências;</li> <li>- Funcionam como observadores, quando solicitado na fase de reabilitação, que reportam através dos meios de rádio para os centros decisores;</li> <li>- Reabilitam e colocam em funcionamento equipamentos e meios técnicos colapsados;</li> <li>- Reforçam as redes de telecomunicações, quando necessário, bem como as comunicações exteriores ao município, na fase de reabilitação.</li> </ul>

<b>Órgãos de Comunicação Social</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Difundem, em colaboração com o Gabinete de Comunicação Social da CMPV, com a CMPC e com o SMPC, os avisos e comunicados de proteção civil, as recomendações de saúde pública, os conselhos e medidas de autoproteção a adotarem face à iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, entre outros, de forma a protegerem as populações inerentes ao evento e a informarem o público em geral;</li><li>- Cooperam, quando necessário, com as autoridades no sistema de aviso às populações;</li><li>- Difundem informação útil, em tempo real, às populações, na fase de emergência.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apoiam na divulgação de informação, na fase de reabilitação;</li><li>- Difundem informações, colaborando com a CMPC e com o SMPC, de modo a informarem os sinistrados dos riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território e sobre as medidas a adotarem com vista a precaverem situações consequentes graves, após a ocorrência do acidente grave ou catástrofe;</li><li>- Cooperam, quando necessário, com as autoridades na informação pública às populações sinistradas;</li><li>- Difundem informação útil, em tempo real, às populações, na fase de reabilitação.</li></ul>
-------------------------------------	--	--



# **PARTE III**

## **Áreas de Intervenção**



## 1 – ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS

Responsável	
Presidente da CMPV	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Vereador com Competência Delegada	Gabinetes, Divisões e Serviços Municipais.
Prioridades das Ações	
Gestão de meios e recursos próprios.	
Elaborar requisições relativas à aquisição de bens e serviços de apoio à emergência.	
Gestão financeira de custos.	
Gestão dos processos de seguros indispensáveis às operações de proteção civil.	
Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos.	

A área de intervenção de *Administração de Meios e Recursos* visa estabelecer os procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de gestão administrativa e financeira inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da ativação do presente plano de emergência.

Perante uma emergência é necessário envolver um determinado número de meios e recursos, os quais pertencem em primeira instância à CMPV, porém, de acordo com a dimensão da ocorrência poderão ser solicitados outros meios pertencentes a entidades públicas ou privadas.

A nível municipal a requisição de bens e serviços é feita pela CMPV, mediante consentimento do Diretor do Plano e de acordo com os termos legais, a liquidação das despesas é consumada pela Câmara Municipal, designadamente pela divisão financeira, segundo normas de contabilidade pública.

A divisão financeira da Câmara Municipal tem as seguintes prioridades de ação:

- Responsabilidade da gestão financeira e de custos;
- Supervisão das negociações contratuais e promoção do estabelecimento de protocolos com entidades fornecedoras de bens e géneros para situações de emergência;
- Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos;
- Gestão do processo de seguros;
- Administrar os donativos, subsídios e outros apoios financeiros recebidos;
- Propor medidas indispensáveis à obtenção de fundos externos tendo em vista a reposição das infraestruturas vitais.

Os serviços de aprovisionamento da Câmara Municipal são incumbidos da negociação e contratação de meios e recursos necessários, públicos ou privados, com carácter urgente, com vista à concretização das operações de proteção civil. O SMPC é responsável pela constante atualização da listagem de meios e recursos existentes no concelho, bem como dos contactos dos respetivos responsáveis.

Os equipamentos, artigos e materiais necessários às ações de resposta às operações de proteção civil que poderão ser requisitados são os seguintes:

- Equipamentos de energia e iluminação;
- Géneros alimentícios e alimentos confeccionados;
- Material de alojamento;
- Agasalhos e vestuário;
- Medicamentos, material sanitário e produtos de higiene e limpeza;
- Equipamentos de transporte de passageiros e carga;
- Combustíveis e lubrificantes;
- Máquinas e equipamentos de engenharia;
- Construção de obras públicas;
- Material de mortuária.

A colaboração aceite a título benévolo, designadamente o pessoal voluntário, deve apresentar-se no quartel do corpo de BVPV, constituindo este posto local de recenseamento de voluntários, na eventualidade de outros locais não serem divulgados.

O pessoal da administração pública central e local é remunerado pelos organismos a que pertence. O pessoal integrado nas entidades e organismos previstos no PMEPCPV são remunerados por essas mesmas entidades e organismos. Eventuais participações serão determinadas superiormente.

É de referir que nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho, após *“declarada a situação de alerta, contingência ou calamidade, todos os cidadãos e demais entidades privadas estão obrigados, na área abrangida, a prestar às autoridades de protecção civil a colaboração que lhes for solicitada requerida...”*

## 2 – LOGÍSTICA

No apoio logístico constam os procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e das responsabilidades dos serviços, APC, organismos e entidades de apoio, quanto às atividades de logística a apoiar as forças de intervenção, assim como a população.

São atividades de logística as ações de apoio aos serviços, APC, entidades e organizações, quanto a alimentação, combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de equipamentos, transportes, material sanitário e de mortuária, assim como artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento, assistência e reabilitação.

### 2.1 – Apoio Logístico às Forças de Intervenção

Responsável	
Vereador com Competência Delegada	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Substituto do Vereador com Competência Delegada	Divisões e Serviços Municipais, APC, Entidades Públicas e Privadas e Organismos de Apoio.
Prioridades das Ações	
Fornecimento de alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário e de mortuária aos APC envolvidos nas operações de proteção civil.	
Promover o estabelecimento de protocolos com entidades cujos equipamentos e serviços sejam pertinentes para as ações das forças de intervenção.	
Manutenção e reparação de equipamentos.	

No que concerne ao apoio logístico destinado às forças de intervenção, importa salientar as distintas necessidades logísticas existentes numa emergência:

#### Alimentação e Alojamento

- A alimentação e alojamento do pessoal das entidades e organismos do estado, intervenientes nas operações de proteção civil são a cargo das mesmas. A alimentação do pessoal voluntário será da responsabilidade do SMPC.
- A alimentação e alojamento dos delegados da CMPC serão da responsabilidade do SMPC, quando outro procedimento não for determinado pelo Diretor do Plano.

#### Combustíveis e Lubrificantes

- Os combustíveis e lubrificantes necessários nas ações de emergência ficarão a cargo dos diversos APC e entidade intervenientes. Na eventualidade de ser necessário e mediante aprovação do Diretor do Plano, estes podem ser obtidos no mercado local, ou em local designado pelo SMPC.

### **Manutenção e Reparação de Material**

- As despesas de manutenção e reparação de material são encargo dos distintos APC. Na eventualidade de haver despesas extraordinárias, estas poderão ser liquidadas pelo SMPC, através de verbas destinadas para o efeito, após decisão do Diretor do Plano.

### **Evacuação de Vítimas e Tratamento Hospitalar**

- Será utilizada a estrutura hospitalar existente na ilha terceira, podendo ser reforçada com hospitais de campanha ou postos de socorro montados por forças provenientes do exterior.

### **Material Sanitário**

- O material sanitário está a cargo das entidades e organismos intervenientes. Poderão ser constituídos postos de fornecimento de material sanitário nas instalações do Centro de Saúde da Praia da Vitória e das forças de socorro através de requisição à CMPC.

### **Mortuária**

- São estabelecidos locais de reunião de mortos na Morgue do Centro de Saúde da Praia da Vitória. Quando tiver esgotado a capacidade desta, serão designados outros locais.

### **Evacuação**

- As normas de evacuação da população são estabelecidas pela área de intervenção responsável pelos procedimentos de evacuação.

### **Serviços Técnicos**

- Serão estabelecidos planos de atuação dos serviços técnicos no âmbito da reabilitação dos serviços mínimos essenciais.

### **Artigos Diversos**

- Os artigos julgados necessários para as ações de proteção civil podem ser solicitados ao responsável pela logística, mediante pedido.

## 2.2 – Apoio Logístico à População

Responsável	
Vereador com Competência Delegada	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Substituto do Vereador com Competência Delegada	Divisões e Serviços Municipais, APC, Entidades Públicas e Privadas e Organismos de Apoio.
Prioridades das Ações	
Fornecimento de alimentação, água potável, material sanitário, agasalhos e alojamento temporário.	
Promover o estabelecimento de protocolos com outras entidades com vista ao fornecimento de bens.	
Garantir as condições mínimas de apoio nos centros de alojamento.	

### Alojamento

Os locais destinados ao alojamento temporário têm de estar providos de condições propícias a dormidas, alimentação, instalações sanitárias, bem como de acessos rodoviários e de parques de estacionamento, pois a movimentação da população poderá ser realizada através de viaturas particulares.

Na eventualidade de ser necessário alojamento provisório de curta duração, deverão, preferencialmente, ser utilizadas pensões, residenciais do concelho e/ou habitações disponíveis pertencentes à CMPV.

Nos locais de alojamento de longa duração serão utilizados, preferencialmente, pavilhões municipais existentes nas freguesias do município. Estes poderão também funcionar como pontos destinados ao controlo de residentes para despiste de eventuais desaparecidos.

### Alimentação e Agasalho

O apoio logístico aos sinistrados tem de prever a coordenação da assistência às populações desalojadas que não tenham acesso imediato aos bens essenciais, nomeadamente água potável e alimentos.

A alimentação e agasalho da população serão encargo do SMPC, através de verbas disponibilizadas para o efeito, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social.

### Transporte

Na possibilidade de se proceder à evacuação de um local, é necessário disponibilizar transportes para a deslocação das pessoas para os abrigos temporários ou para espaços seguros. A requisição dos meios de transporte, assim como a coordenação da população ficará a encargo da CMPC, com o apoio do SMPC.

Quando os meios de transporte da CMPV não forem suficientes, serão contratadas empresas de viação privadas.

### 3 – COMUNICAÇÕES

As comunicações de emergência constituem um meio fundamental para assegurar o comando, controlo e coordenação das operações de socorro e de proteção civil, quer em tempo normal, quer em situação de ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

Responsável	
Coordenador do SMPC	
Responsável Imediato	Entidades Intervinentes
A Designar Conforme a Necessidade	SMPC, APC e Entidades e Organismos de Apoio.
Prioridades das Ações	
Estabelecer o plano de comunicações para as operações de proteção civil.	
Definir os procedimentos para as comunicações com o SRPCBA.	
Assegurar a operacionalidade dos equipamentos de comunicações das forças intervenientes nas operações de proteção civil.	
Garantir a articulação das comunicações com os radioamadores e CVP sempre que necessário.	

#### 3.1 – Organização das Comunicações

O sistema de comunicações operacionais de proteção civil tem como objetivo assegurar as ligações entre os demais APC, entidades e organizações de apoio com intervenção prevista no PMEPCPV. Estes utilizam as telecomunicações públicas e privadas, nomeadamente as redes telefónicas fixas e móveis.

Não obstante o atrás disposto, todos os APC, organismos e entidades poderão utilizar redes e meios próprios de comunicações, sem prejuízo da interligação operacional.

#### 3.2 – Instruções de Coordenação

Os serviços, APC e organizações de apoio utilizam as redes próprias de comunicações.

Após o acionamento do PMEPCPV, o SMPC estabelece e mantém os procedimentos necessários para que se mantenham as comunicações com os centros operacionais ou equivalentes dos APC, organismos e entidades de apoio, incluindo o SRPCBA, o SMPC do concelho adjacente e os locais de acolhimento provisório da população deslocada.

Nos centros de alojamento, as comunicações podem ser estabelecidas via telefone ou, em caso de necessidade, através da rede das forças de segurança destacadas nesses locais.

Os radioamadores e o Corpo de BVPV, em ligação com a CMPC, colaboram a título supletivo nas ligações a efetuar, na eventualidade de os meios normais de comunicações não serem suficientes.

## 4 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A adequada gestão da informação e posterior transmissão entre todos os intervenientes no presente plano, decisores, APC e população em geral, potenciará uma eficaz exequibilidade de todo o sistema de operações de emergência em proteção civil. Assim, a informação concisa terá uma repercussão direta na otimização da resposta à emergência, assim como na disseminação de instruções e medidas de autoproteção a adotar pela população.

Estabelece, ainda, os procedimentos quanto à transmissão da informação aos OCS.

Desta forma, a gestão da informação de emergência divide-se em três grandes componentes:

- Gestão da informação aos intervenientes nas operações;
- Gestão da informação aos intervenientes no PMEPCPV;
- Informação pública.

### 4.1 – Gestão da Informação aos Intervenientes nas Operações

Responsável	
Coordenador do SMPC	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
A Designar Conforme a Necessidade	SMPC, APC, Entidades e Organismos de Apoio.
Prioridades das Ações	
Garantir a emissão de <i>briefings</i> e <i>debriefings</i> regulares, dependendo da natureza da ocorrência.	
Assegurar a comunicação e divulgação da informação a todos os intervenientes nas operações.	
Promover a recolha e difusão da informação, com vista à adequação de recursos, potenciando a eficácia das ações.	

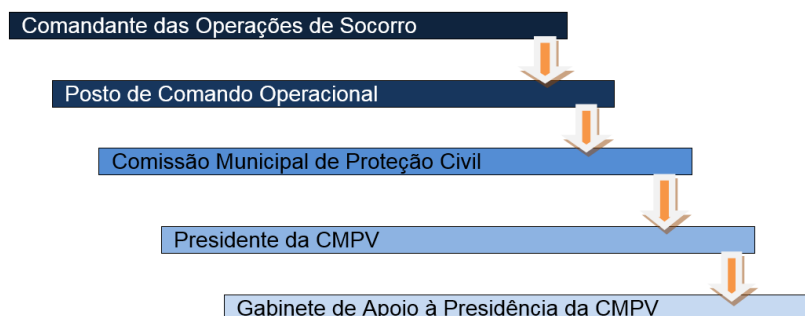
Na medida em que será elaborado um plano de ação durante a resposta no TO, e como referido no ponto 1.3.1, da parte II, este obriga a *briefings* E *debriefings* regulares, onde deverão ser estabelecidas as orientações e instruções sobre disseminação da informação entre todos os APC, entidades e organismos intervenientes nas operações de proteção civil. Para tal, deverá ser obtida informação no que respeita a:

- Pontos de situação e perspetiva de evolução futura;
- Cenários e modelos de previsão,
- Danos ambientais e sociais.

Este conjunto de informação permite adequar recursos e coordenar de forma mais equilibrada as equipas intervenientes nas operações de proteção civil, otimizando as suas ações.



O diagrama seguinte apresenta a disposição da difusão de informações aos sinistrados.



## 4.2 – Gestão da Informação aos Intervenientes no PMEPCPV

Responsável	
Coordenador do SMPC	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
A Designar Conforme a Necessidade	SMPC, CMPC, APC, Entidades e Organismos de Apoio.
Prioridades das Ações	
Garantir um constante fluxo de informação atualizada a todos os intervenientes no PMEPCPV.	

É imperativo assegurar a notificação e consequente transmissão da informação sobre o ponto de situação das operações aos intervenientes no PMEPCPV, nomeadamente, APC, entidades e organismos de apoio. Este fluxo de informação visa confirmar que todas as entidades mantêm níveis de prontidão, na eventualidade de ser necessário a sua intervenção no âmbito da resposta às operações de proteção civil.

A gestão da informação entre os intervenientes no plano é realizada através de relatórios periódicos, comunicações via rádio, telefone ou outro meio que se revele adequado.

## 4.3 – Informação Pública

Responsável	
Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência da CMPV	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência	Gabinete de Apoio à Presidência
Prioridades das Ações	
Garantir as correspondências com os OCS, emitindo comunicados com uma periodicidade pré estabelecida.	
Preparar e difundir pelos OCS informações, avisos e medidas de autoproteção.	

É da competência do Diretor do Plano, ou do seu legal substituto, em colaboração com o Gabinete de Apoio à Presidência, estabelecer contactos com os OCS, com vista à divulgação da informação, bem como referir o local a realizar as conferências de imprensa com os mesmos.

Quando ativado o PMEPCPV durante um acidente grave ou catástrofe, a população deve ser continuamente informada sobre a evolução da situação e dos procedimentos a adotar, no sentido de adotar as medidas de autoproteção mais convenientes, propensas a prevenir ou minimizar os efeitos da ocorrência e dos respetivos riscos associados.

Assim, o Gabinete de Apoio à Presidência da CMPV tem como função estabelecer permanente ligação com os OCS, facilitando a emissão em tempo útil da informação relevante, em estreita ligação com o Diretor do Plano, que seja fundamental transmitir à população. É imperativo difundir aos OCS:

- Situação atual da ocorrência;
- Ações em curso no socorro e assistência à população;
- Medidas de autoproteção;
- Locais de reunião/pontos de concentração;
- Locais de acolhimento provisório e de assistência;
- Números de telefone dos serviços de emergência;
- Contactos das instituições de angariação de donativos;
- Áreas de acesso restrito;
- Instruções para o regresso das populações das áreas evacuadas.

#### **4.3.1 – Instruções de Coordenação**

Após decisão do Diretor do Plano, em conformidade com o Gabinete de Apoio à Presidência e a CMPC, poderão ser emitidos comunicados e instruções à população, através da sintonização com rádios existentes na ilha.

De forma a população ter conhecimento e estar em alerta durante uma situação real de emergência, é imperativo haver campanhas de informação e sensibilização na fase de preparação, imprescindível para o sucesso na conduta das populações durante uma emergência.

A informação transmitida aos OCS é expedida periodicamente pelo Diretor do PMEPCPV, ou na sua ausência, pelo vereador com competência delegada na área da proteção civil.

## 5 – PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

Responsável	
Presidente da CMPV	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Vereador com Competência Delegada	SMPC, Serviços da Câmara e APC, em particular o Corpo de BVPV e a PSP.
Prioridades das Ações	
Coordenar as operações de movimentação da população.	
Coordenar o controlo de tráfego e abrir os corredores de circulação de emergência.	
Definir itinerários de evacuação.	
Definir as zonas de concentração local.	

A ocorrência de um acidente grave/catástrofe poderá levar à necessidade de se proceder a operações de evacuação da população e consequente alojamento.

A *Zona de Concentração Local (ZCL)* é o local onde a população se reúne, preferencialmente na proximidade da área sinistrada, permitindo a sua deslocação por meio próprio, ou sendo transportada pelas equipas de socorro. É a zona de prestação de assistência aos sinistrados, nas primeiras horas, após a ocorrência do acidente grave ou catástrofe.

As estratégias a adotar em relação à circulação de pessoas e bens têm que ser dimensionadas dependendo do tipo de emergência/crise, da sua localização, magnitude e duração, quer no sentido da intervenção no TO, quer no sentido da evacuação da população da área sinistrada.

Os procedimentos relativo à evacuação da população das localidades ou edificações são propostos pelo COS, mediante validação do Presidente da CMPV, o qual é a autoridade política de proteção civil do município.

A tarefa de orientar a evacuação e a movimentação da população é da responsabilidade das forças de segurança. Estas utilizam procedimentos próprios no aviso e encaminhamento da população para zonas de concentração local, a definir conforme o tipo e localização da ocorrência, ação que deve ser desenvolvida com a colaboração das juntas de freguesia.

Após a identificação da ZS e da ZA no TO, o tráfego rodoviário no local é desviado pela PSP, de forma a não perturbar e interferir com a movimentação da população, bem como dos meios de assistência e socorro das forças de intervenção. Ao longo dos itinerários de evacuação deve ser contemplada a orientação de barreiras de encaminhamento de tráfego e pontos de controlo, que se destinam a prestar assistência à população evacuada e a manter o fluxo da movimentação em direção às áreas e centros de alojamento.

A evacuação da população será executada tendo em consideração a definição de possíveis zonas de concentração local, das quais se evidenciam os recintos desportivos, edifícios escolares, parques de campismo, casas do povo, entre outros, a equacionar tendo em conta os efeitos da ocorrência do risco.

Na seleção dos locais mencionados anteriormente é crucial ter em atenção a localização e resistência das infraestruturas às ações sísmicas. As escolas deverão se utilizadas como última alternativa, atendendo a que a atividade diária das crianças deve manter-se dentro da normalidade sempre que possível. Em alternativa pode ser utilizada a hipótese da instalação de abrigos temporários, tais como tendas, pré fabricados, entre outros.

De acordo com as características do evento ocorrido, dos perigos que impendem sobre a população e da área de localização da ZCL e, ainda, do grau de preparação da mesma, a ZCL poderá providenciar condições de habitabilidade temporária, até ao restabelecimento do processo de alojamento prévio, a que se segue o realojamento (Figura 7).

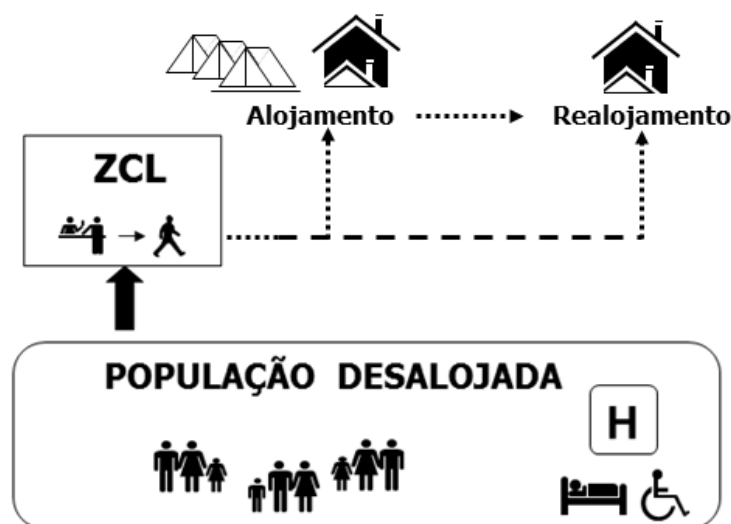


Figura 7 – Procedimento, ao nível municipal, de evacuação da população da área sinistrada (Ourique, 2013).

Por último, de forma a auxiliar a presente área de intervenção na definição da zona ótima e em conformidade com a dimensão da emergência, georreferenciam-se possíveis infraestruturas que podem funcionar como zonas de concentração local e com condições para habitabilidade temporária, nas diversas freguesias do concelho, (Figuras 8, 9, 10, 11 e 12).

### FREGUESIA DOS BISCOITOS

#### Casa do Povo



Rua: Estrada Regional  
Coordenadas Geográficas: 38° 47' 45,96"N  
27° 15' 04,81"W  
Observações: Posto de Saúde;  
Apoio ao Domicílio Casa do Povo dos  
Biscoitos;  
Secção da Policia de Segurança Pública.

#### Sociedade Filarmónica Progresso Biscoitense



Rua: Rua Anibal Nunes Cota  
Coordenadas Geográficas: 38° 47' 33,78"  
27° 15' 26,50"W

#### Sociedade Recreativa do Bairro de São Pedro dos Biscoitos



Rua: Bairro de São Pedro  
Coordenadas Geográficas: 38° 47' 19,30"N  
27° 15' 10,92"W

#### EB1/JI dos Biscoitos



Rua: Ponta Negra  
Coordenadas Geográficas: 38° 47' 34,94"N  
27° 15' 56,23"W

#### Escola Básica Integrada dos Biscoitos



Rua: Ponta Negra  
Coordenadas Geográficas: 38° 47' 36,43"N; 27° 15' 57,93"W

### FREGUESIA DAS QUATRO RIBEIRAS

#### Casa do Povo



Rua: Estrada Regional  
Coordenadas Geográficas: 38° 47' 26,83"N  
27° 13' 03,79"W  
Observações: Posto de Saúde.

#### Sociedade Filarmónica



Rua: Estrada Regional  
Coordenadas Geográficas: 38° 47' 24,50"N  
27° 13' 33,84"W

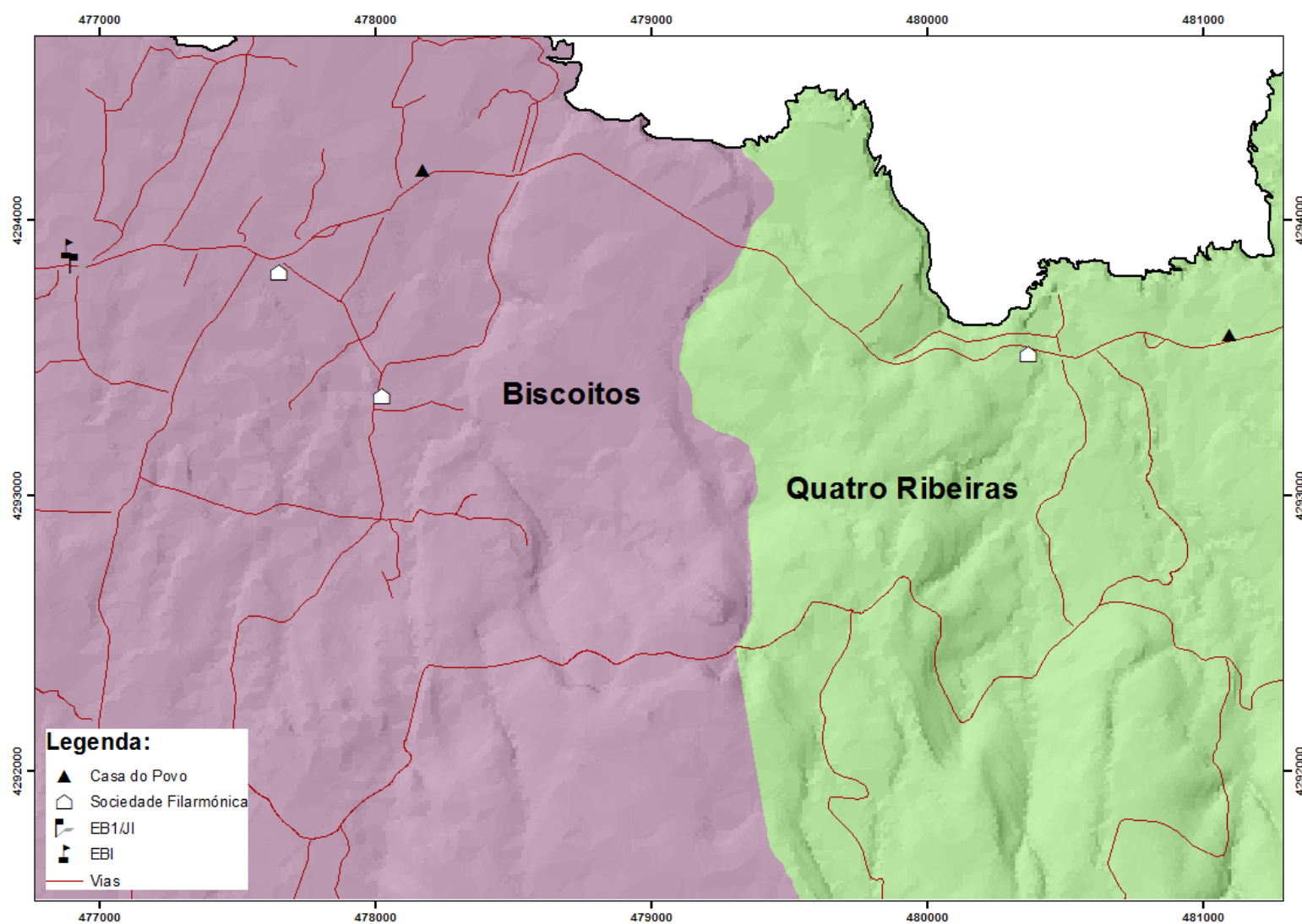


Figura 8 – Possíveis alojamentos temporários/zonas de concentração local, nas freguesias dos Biscoitos e das Quatro Ribeiras (dados de Ourique, 2013, Cart. Vetorial 1:25 000 produzida por IGeoE, 2001).



### FREGUESIA DA AGUALVA

### FREGUESIA DA VILA NOVA

#### Casa do Povo



Rua: Rua da Igreja  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 16,73"N  
27° 10' 29,86"W  
Observações: Posto de Saúde

#### Sociedade Filarmónica Espírito Santo da Agualva



Rua: Cabouco da Igreja  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 18,96"N  
27° 10' 34,30"W

#### Casa do Povo



Rua: Praça  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 49,56"N  
27° 09' 09,61"W  
Observações: Posto de Saúde

#### Filarmónica Lira do Espírito Santo da Vila Nova



Rua: Caminho da Abrigada  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 48,85"N  
27° 09' 06,29"W

#### Centro Paroquial



Rua: Rua do Caminho Novo  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 24,71"N  
27° 10' 24,43"W

#### EB1/JI da Agualva



Rua: Rua Dr. Ávila Gonçalves  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 18,50"N  
27° 10' 22,02"W

#### EB1/JI da Vila Nova



Rua: Rua do Cabouco  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 56,16"N; 27° 09' 02,94"W

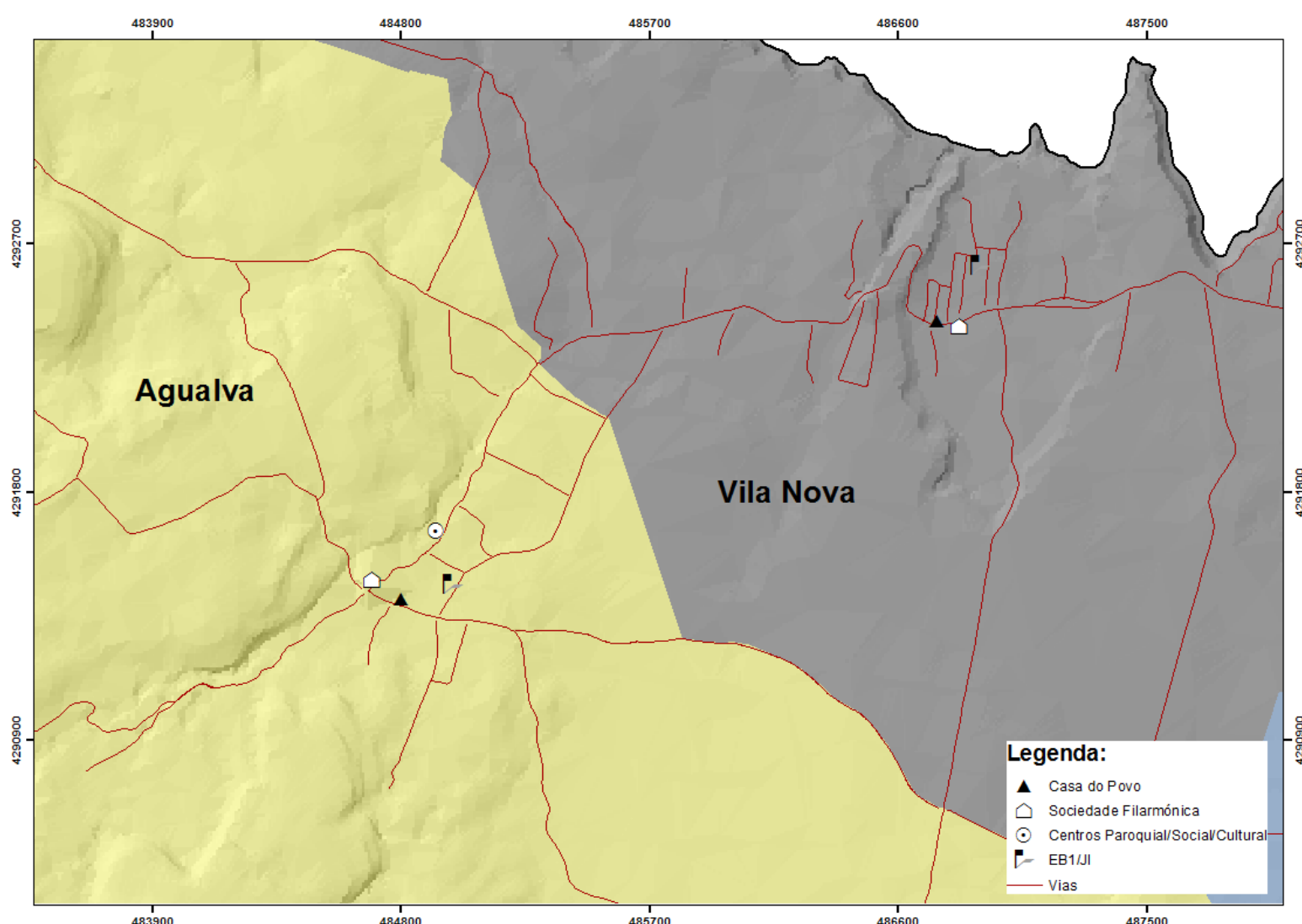


Figura 9 – Possíveis alojamentos temporários/zonas de concentração local, nas freguesias da Agualva e da Vila Nova (dados de Ourique, 2013, Cart. Vetorial 1:25 000 produzida por IGeoE, 2001).

## FREGUESIA DAS LAJES

### Casa do Povo



Rua: Rua Padre Lourenço Ávila  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 03,36"N  
27° 06' 12,93"W  
Observações: Posto de Saúde

### Filarmónica Progresso Lajense



Rua: Rua Cidade de Abrantes  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 57,55"N  
27° 06' 02,90"W

## FREGUESIA DE SÃO BRÁS

### Casa do Povo



Rua: Rua Padre Alfredo Alves Lucas  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 50,57"N  
27° 07' 50,45"W  
Observações: Posto de Saúde

### Filarmónica União de São Brás



Rua: Rua do Regelo  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 50,65"N  
27° 07' 45,04"W

### EB1/JI de São Brás



Rua: Rua Padre Alfredo Alves Lucas  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 53,26"N; 27° 07' 38,93"W

### Sociedade Recreio Lajense



Rua: Rua Dr. Adriano Paim  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 55,88"N  
27° 06' 04,02"W

### Centro Pastoral e Social da Vila das Laje



Rua: Rua Padre Gregório da Rocha  
Coordenadas Geográficas: 38° 46' 02,05"N  
27° 06' 12,86"W

### EB1/JI da Aldeia Nova



Rua: Rua da Escola  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 55,71"N  
27° 06' 20,02"W

### EB1/JI Padre Lino Vieira Fagundes



Rua: Remédios  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 32,34"N  
27° 05' 40,50"W

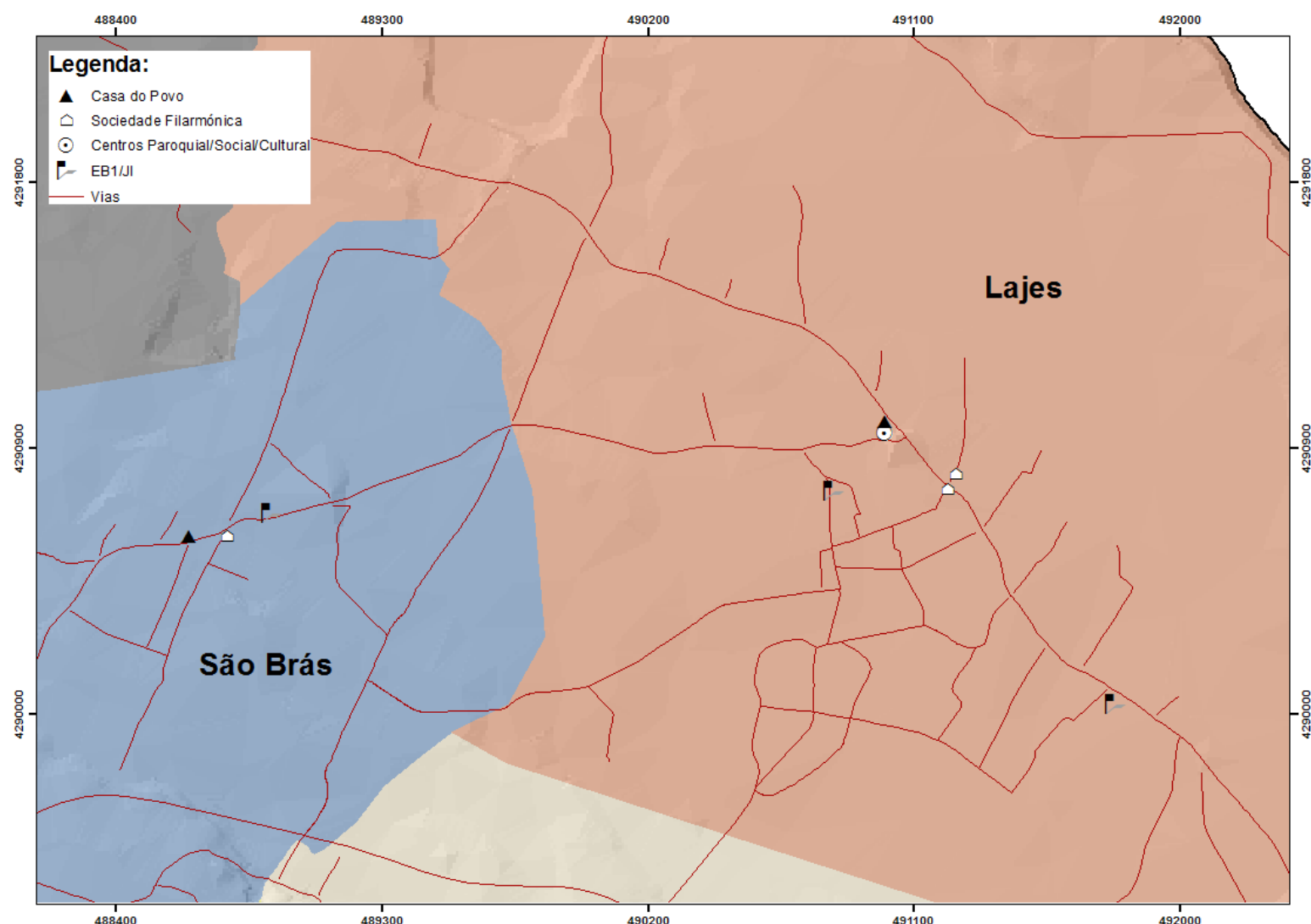


Figura 10 – Possíveis alojamentos temporários/zonas de concentração local, nas freguesias de São Brás e das Lajes (dados de Ourique, 2013, Cart. Vetorial 1:25 000 produzida por IGeoE, 2001).



## FREGUESIA DAS FONTINHAS

Casa do Povo



Rua: Ladeira da Pena  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 23,92"N  
27° 06' 18,30"W  
Observações: Posto de Saúde

Sociedade Musical União das Fontinhas



Rua: Ladeira da Pena  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 24,62"N  
27° 06' 20,87"W

EB1/JI de Santa Luzia



Rua: ~~Canada~~ da Doca  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 56,01"N  
27° 05' 04,70"W  
Escola Básica Integrada da Praia da Vitória

EB1/JI de Santa Rita



Rua: Caminho do Facho  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 04,28"N  
27° 03' 57,63"W  
Escola Secundária Vitorino Nemésio

Centro Social e Paroquial



Rua: Estrada Regional  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 29,55"N  
27° 06' 27,39"W

EB1/JI Irmãos Goulart



Rua: Ladeira da Pena  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 25,19"N  
27° 06' 21,99"W



Rua: Rua Nossa Senhora da Saúde  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 08,01"N  
27° 04' 09,55"W



Rua: Rua Comendador Francisco José B. Barcelos  
Coordenadas Geográficas: 38° 43' 55,85"N  
27° 03' 57,68"W

Escola Profissional da Praia da Vitória



Rua: Rua São Salvador  
Coordenadas Geográficas: 38° 43' 53,52"N; 27° 03' 46,07"W

## FREGUESIA DE SANTA CRUZ

Associação Recreativa e Cultural da Casa da Ribeira



Rua: Caminho São João  
Coordenadas Geográficas: 38° 43' 15,36"N  
27° 05' 12,10"W

Centro Social de Santa Rita



Rua: Largo de Santa Rita  
Coordenadas Geográficas: 38° 45' 23,79"N  
27° 04' 29,57"W  
Centro Social Paroquial de Santa Luzia



Rua: Estrada do Juncal  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 51,63"N  
27° 04' 17,37"W  
Academia da Juventude da Ilha Terceira



Rua: Estrada Regional  
Coordenadas Geográficas: 38° 44' 51,47"N  
27° 04' 59,13"W  
EB1/JI da Casa da Ribeira



Rua: Largo da Batalha  
Coordenadas Geográficas: 38° 43' 42,62"N  
27° 03' 41,34"W



Rua: Caminho do Barreiro  
Coordenadas Geográficas: 38° 43' 16,38"N  
27° 05' 1,82"W

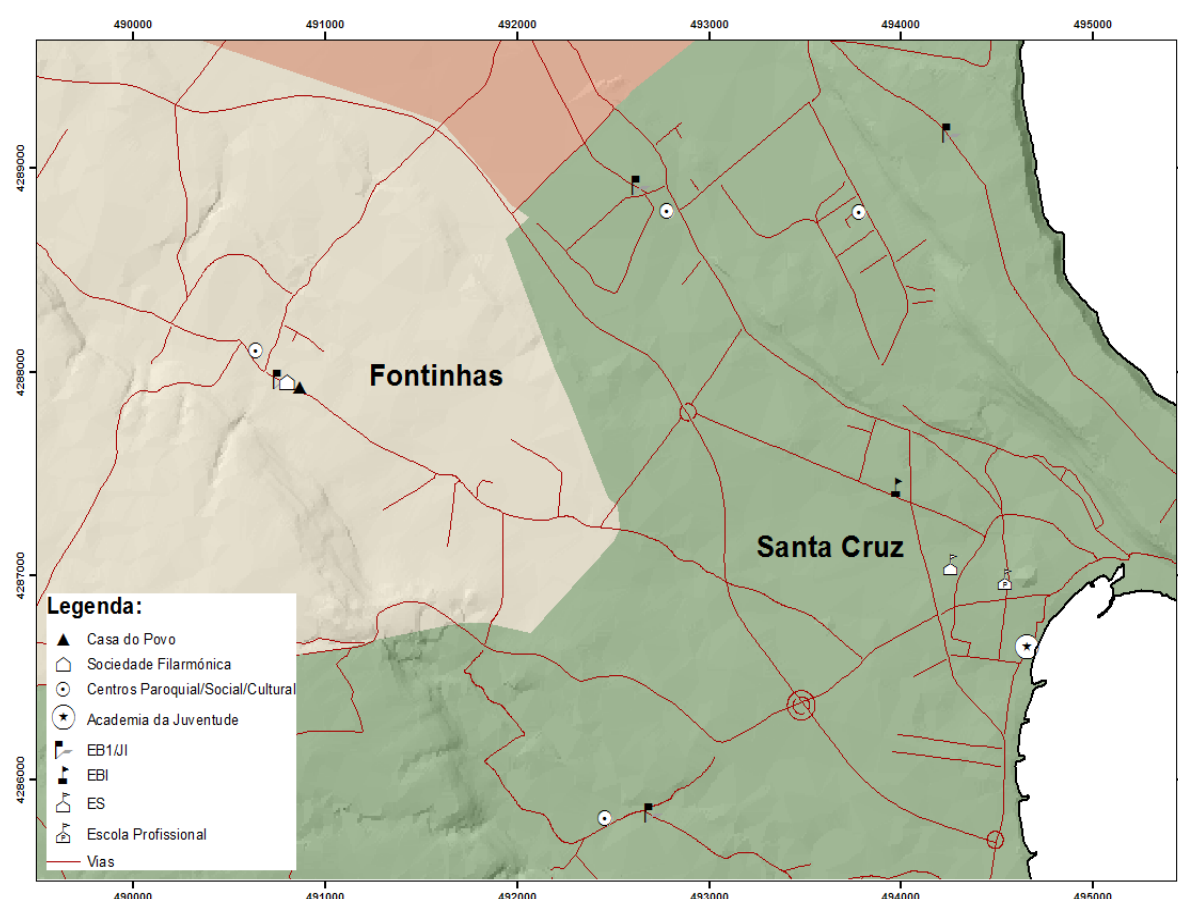


Figura 11 – Possíveis alojamentos temporários/zonas de concentração local, nas freguesias das Fontinhas e de Santa Cruz (dados de Ourique, 2013, Cart. Vetorial 1:25 000 produzida por IGeoE, 2001).



### FREGUESIA DA FONTE DO BASTARDO

Casa do Povo



Rua: Estrada Regional  
Coordenadas Geográficas: 38° 41' 30,01"N  
27° 05' 01,08"W  
Observações: Posto de Saúde;  
Rede Integrada de Apoio ao Cidadão.

Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo



Rua: Rua do Pico  
Coordenadas Geográficas: 38° 41' 26,72"N  
27° 05' 06,85"W

Centro Social de Santa Bárbara da Fonte do Bastardo



Rua: Rua do Pico  
Coordenadas Geográficas: 38° 41' 26,28"N  
27° 05' 08,95"W

EB1/JI da Fonte do Bastardo



Rua: Rua da Igreja  
Coordenadas Geográficas: 38° 41' 23,42"N  
27° 04' 47,66"W

### FREGUESIA DO PORTO MARTINS

Casa do Povo



Rua: Largo Comendador Pamplona  
Coordenadas Geográficas: 38° 41' 06,89"N  
27° 03' 24,42"W

Salão Cultural do Porto Martins



Rua: Estrada de Santa Margarida  
Coordenadas Geográficas: 38° 41' 09,64"N  
27° 03' 24,21"W

EB1/JI do Porto Martins



Rua: Caminho do Recanto  
Coordenadas Geográficas: 38° 41' 25,44"N; 27° 03' 44,42"W

### FREGUESIA DO CABO DA PRAIA

Casa do Povo



Rua: Rua de Santa Catarina  
Coordenadas Geográficas: 38° 42' 23,22"N  
27° 03' 24,98"W  
Observações: Posto de Saúde

EB1/JI do Cabo da Praia



Rua: À Igreja  
Coordenadas Geográficas: 38° 42' 23,50"N  
27° 03' 29,65"W

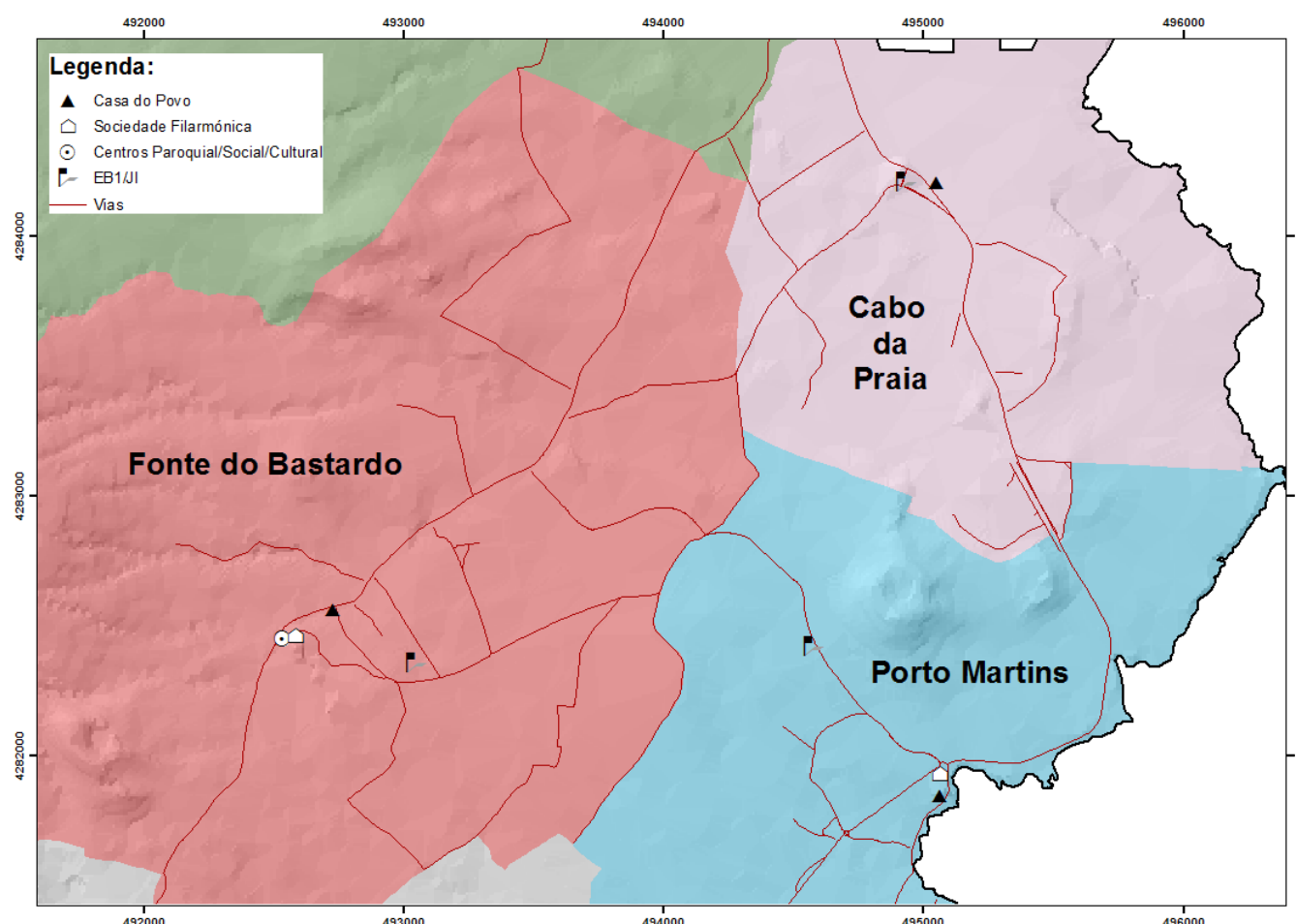


Figura 12 – Possíveis alojamentos temporários/zonas de concentração local, nas freguesias da Fonte do Bastardo, do Cabo da Praia e do Porto Martins (dados de Ourique, 2013, Cart. Vetorial 1:25 000 produzida por IGeoE, 2001).

## 5.1 – Circulação de Pessoas e Bens

Uma vez autorizados os procedimentos de evacuação da população, as instruções relativas à movimentação devem ser claras e rigorosas, de modo a minorar as consequências do evento. Tal fato obriga a um rápido levantamento do impacto da ocorrência, recorrendo-se a batidores munidos de equipamento de telecomunicações, os quais enviarão as informações para o Gabinete do SMPC.

## 5.2 – Organização de um Campo de Desalojados

Após a chegada dos desalojados aos pontos de encontro/zonas de concentração local, as populações evacuadas são encaminhadas para os locais de acolhimento das suas áreas de residência ou para casa de familiares.

Quando esta opção não for exequível, a população será deslocada para locais de permanência prolongada, preferencialmente, locais estabelecidos de acordo com as zonas estratégicas de apoio logístico, pela sua acessibilidade, facilidade de transformação em alojamento e condições sanitárias.

Esgotada a capacidade destas áreas de realojamento, surge a necessidade de se criar um *Campo de Desalojados* (CD).

O CD corresponde ao local onde a população evacuada permanecerá, pelo período de tempo necessário à sua reintegração com carácter definitivo no meio de origem ou outro. Um CD deve localizar-se junto a acessos rodoviários em bom estado de conservação, conter instalações sanitárias e estar na proximidade de áreas de abastecimento, nomeadamente de água e de combustíveis.

O CD poderá ser instalado em infraestruturas já existentes ou, em estruturas implementadas especificamente para o efeito, tais como pré fabricados ou tendas.

Deverão ser previstas instalações especiais reservadas a grupos de pessoas com problemas ou carências mais graves (órfãos, doentes, idosos, entre outros).

A entrada em funcionamento do CD deverá ocorrer até 48 horas após a determinação da sua implementação pela CMPC. Cada CD organiza-se conforme a seguir se indica:

### Direção do CD

- Executa missões de instalação e gestão global do CD, definição de prioridades, apreciação de requisições e coordenação com as restantes organizações e entidades envolvidas;
- A direção é designada pela área de intervenção *Administração de Meios e Recursos*;
- Assegura a coordenado do campo 24 horas por dia.

### **Setor de Administração**

- É responsável pela administração do CD, designadamente pelo controlo da logística necessária, manutenção das estruturas móveis, imóveis e instalação do centro de comunicações regulares.

### **Setor de Alojamento e Serviços Essenciais**

- Gere o parque habitacional disponível procedendo a inspeções regulares e frequentes das condições de habitabilidade;
- É responsável pelas áreas de saneamento básico, alimentação, saúde e segurança;
- Organiza o apoio escolar, assistência religiosa e responde, quando possível a necessidades específicas do CD.

## 6 – MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Responsável	
Comandante da PSP da Praia da Vitória	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Adjunto do Comando da PSP da Praia da Vitória	PSP, GNR, Polícia Marítima e Força Aérea Portuguesa.
Prioridades das Ações	
Limitar o acesso às áreas sinistradas e de apoio, exclusivamente às forças de intervenção que participam nas operações de proteção civil.	
Garantir a segurança das infraestruturas críticas indispensáveis às operações de proteção civil.	
Proceder à sinalização, corte e desvio de trânsito, indispensáveis ao isolamento das zonas afetadas.	
Garantir a segurança dos depósitos de alimentos e de donativos diversos.	
Garantir a segurança das áreas sinistradas e efetuar rondas de vigilância.	

Dado que a manutenção da ordem pública é uma competência das forças de segurança, a adoção de procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e as responsabilidades dos intervenientes nas operações, em termos de segurança de pessoas e bens e ao controlo de tráfego rodoviário, é essencial para a concretização dos objetivos da presente área.

Os APC que integram esta área de intervenção têm o dever de colaboração nas missões que lhe forem solicitadas pela entidade responsável, de modo a assegurar o cumprimento do referido como prioridade da ação.

### 6.1 – Instruções de Coordenação

A segurança das infraestruturas críticas indispensáveis (infraestruturas de saúde, instalações de APC, equipamentos educativos, instalação do SMPC) às operações de proteção civil deve ser assegurada pelas forças de segurança.

O acesso às zonas de sinistro e de apoio deve ser limitado às forças de intervenção, organismos e entidades de apoio, através da criação de barreiras e outros meios de controlo.

Poderá ser contemplado o recolher obrigatório, tal como as áreas evacuadas deverão ser alvo de patrulhamento por parte das forças de segurança, com vista a impedir pilhagens e furtos. São ainda destacados elementos destas forças para garantir a segurança nas áreas de sinistro, nos locais de acolhimento provisório, nos edifícios públicos e no património histórico.

Por outro lado, nos estabelecimentos comerciais e industriais os procedimentos a adotar em matéria de segurança fica a cargo dos respetivos empresários, os quais podem recorrer a empresas de segurança privada, cujos vigilantes devem apresentar-se uniformizados.

## 7 – SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

Nos serviços médicos e transporte de vítimas, identificam-se os procedimentos e instruções de coordenação, bem como os meios e as responsabilidades dos serviços, APC, organismos e entidades de apoio, quanto às atividades de saúde e evacuação, face a um elevado número de vítimas.

Responsável	
Presidente do Conselho de Administração do Centro de Saúde da Praia da Vitória	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Representante do Presidente do Conselho de Administração do Centro de Saúde da Praia da Vitória	Unidade de Saúde da Ilha Terceira, Autoridade Sanitária do Município, CVP, BVPV e Força Aérea.
Prioridades das Ações	
Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas zonas de risco.	
Organizar a triagem, estabilização e transporte das vítimas para os serviços de saúde.	
Organizar, montar e gerir postos médicos avançados e/ou hospitais de campanha.	
Coordenar as ações de saúde pública, designadamente o controlo de doenças transmissíveis e infecciosas.	
Identificar os mortos e proceder às operações de mortuária.	

Face a uma emergência com elevado número de vítimas, as primeiras forças de intervenção a prestar socorro poderão também efetuar as tarefas de evacuação primária para os postos de triagem que forem estabelecidos no local. Neste contexto, compete ao COS identificar e informar a direção do plano relativamente aos meios complementares necessários para a triagem, assistência pré hospitalar e evacuação secundária das vítimas.

Compete ao Diretor do Plano a identificação dos meios a solicitar e, em coordenação com a CMPC, estabelecer ligação com a Unidade de Saúde da Ilha Terceira, informando sobre o tipo de ocorrência e o número potencial de vítimas.

No que diz respeito a serviços da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, importa referir o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, o Centro de Saúde da Praia da Vitória e os postos de saúde do concelho. Estes serviços de saúde serão utilizados em situação da ocorrência de feridos no município. Na eventualidade de incapacidade de resposta dos serviços, é da responsabilidade do Diretor do Plano, em articulação com a CMPC, contactar o Centro de Saúde do concelho limítrofe ou o SRPCBA, de modo a proceder-se à transferência das vítimas por meios aéreos para outras unidades de saúde.

Compete à Autoridade Sanitário do Município a direção das ações de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais.



## 8 – SOCORRO E SALVAMENTO

Quando ocorre uma emergência, de natureza grave ou catastrófica, as operações de socorro podem incluir a busca e salvamento de vítimas, extinção de incêndios, escoramento de estruturas, resgate ou desencarceramento de pessoas, contenção de fugas e derrames de resíduos e materiais perigosos, entre outros.

Responsável	
Comandante do Corpo de BVPV	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
2º Comandante do Corpo de BVPV	APC, Organismos e Entidades de Apoio.
Prioridades das Ações	
Coordenar as ações de combate a incêndios, inundações, desabamentos e de um modo geral todos os acidentes.	
Organizar as ações de busca e salvamento.	
Coordenar a prestação de assistência e transporte de acidentados e doentes.	
Recolha e transporte de cadáveres.	

### 8.1 – Instruções de Coordenação

#### 8.1.1 – Fase da Emergência

As intervenções iniciais face a um acidente grave ou catástrofe competem, prioritariamente, às forças que se localizam nas proximidades do local da ocorrência ou que apresentam missão específica mais adequada. Conforme o disposto anteriormente, de acordo com a legislação aplicável, o chefe da primeira equipa de intervenção a chegar ao local da ocorrência assume a função de COS. De imediato, deve adotar os seguintes procedimentos:

- Avaliar a situação e identificar:
  - O tipo de ocorrência;
  - Local e extensão da ocorrência;
  - Número potencial de vítimas,
  - Meios de reforço necessários.

#### 8.1.2 – Fim da Fase da Emergência

O Diretor do Plano, em conformidade com o COS, CMPC e SMPC, determina o fim da fase de intervenção e consequente início da fase de reabilitação. Esta ação sucede quando a fase de emergência estabiliza, ou seja, quando todas as necessidades à supressão da ocorrência estiverem finalizadas, no que diz

respeito ao socorro e salvamento de vítimas. A fase de emergência encontra-se estabilizada quando:

- As vítimas já se encontrarem transportadas para os serviços de saúde;
- As vias rodoviárias se encontrarem parcialmente transitáveis;
- Na eventualidade de deslizamentos de terras, as forças de segurança já tiverem isolado a área;
- Estejam identificadas quais as infraestruturas com problemas estruturais;
- Não esteja previsto agravamento das condições meteorológicas;
- A população desalojada já esteja nos locais de acolhimento.

Terminada a fase de emergência, o COS procede à desmobilização dos meios não necessários à fase de reabilitação.

### 8.1.3 – Transferência de Comando

A transferência de comando no TO terá lugar sempre que o mesmo necessite, nomeadamente:

- A organização deste amplia ou contrai;
- A responsabilidade primária de gestão de incidente muda entre entidades;
- O acidente grave/catástrofe se torna mais/menos complexo;
- A necessidade de rotatividade normal de pessoas.

Conforme o disposto no ponto 1.3, da parte II, do presente plano, sempre que ocorra a transferência de comando deverá ser feito um briefing, por forma a notificar todas as forças intervenientes nas operações de proteção civil de que um novo comando teve lugar.

### 8.1.4 – Níveis Operacionais de Emergência

O *Nível Operacional de Emergência* (NOE) é avaliado permanentemente pelo COS (responsável pela gestão do TO), *i.e.*, este informa o SMPC do NOE que a ocorrência requer, conforme o esquema abaixo representado:

#### Nível 3

É convocada a CMPC, poderá ser acionado o PMEPCPV, implicando a dependência funcional do COS ao Diretor do Plano.

#### Nível 2

O COS é apoiado pela estrutura de coordenação e controlo do SMPC.

#### Nível 1

A supressão do acidente grave/catástrofe é da responsabilidade do COS.

Seguidamente, referem-se fenómenos naturais e tecnológicos possíveis de ocorrer e consequente o NOE requerido. É de salientar que a magnitude de um acidente grave/catástrofe está relacionado com o perigo, risco e vulnerabilidade da zona afetada.

Nível Operacional de Emergência				
Riscos Naturais	Sísmico	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Vulcânico	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	<i>Tsunamis</i>	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Movimentos de Massa	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Cheia Rápida e Inundações	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Condições Meteorológicas Adversas	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Riscos Tecnológicos	Acidente Aéreo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Acidente Industrial Grave	Nível 1	Nível 2	Nível 3



## 9 – SERVIÇOS MORTUÁRIOS

Responsável	
Delegado de Saúde do Concelho da Praia da Vitória	
Responsável Imediato	Entidades Intervenientes
Delegado em Regime de Substituição	Centro de Saúde da Praia da Vitória, CVP, Juntas de Freguesia da Praia da Vitória e PSP.
Prioridades das Ações	
Estabelecer locais de reunião de mortos e morgues provisórias.	
Assegurar a presença das forças de segurança nas áreas onde decorrem ações de mortuária.	
Recolher informações para identificação dos cadáveres.	

Conforme orientações da Autoridade Nacional de Proteção Civil (2008), em cenários com elevado número de vítimas, a recolha e depósito de cadáveres são tarefas muito sensíveis, que devem ser levadas a cabo através de procedimentos rigorosos, pois a sua importância é enorme nos aspetos que se prendem, com a investigação forense, quando, face ao tipo de ocorrência, haja necessidade de a realizar. Esta tarefa deve ser controlada pelas forças de segurança que, para tal, colaboram com Autoridade Sanitária do Município.

A recolha deve ser realizada para locais de reunião de vítimas mortais, onde preferencialmente possam funcionar morgues provisórias. Devem ser escolhidas instalações onde haja:

- Espaço amplo, plano e fácil de limpar;
- Boa drenagem e boa ventilação natural;
- Provido de água corrente e energia elétrica.

Na seleção dos locais devem ser tidas em consideração, ainda, as acessibilidades às comunicações (telefónicas ou radiocomunicações), a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de segurança. Deste modo, as instalações mais indicadas para local de reunião de vítimas são centros de lazer, igrejas, armazéns, parques de estacionamento cobertos e edifícios similares.

As tarefas inerentes às morgues provisórias relacionam-se com o trabalho desenvolvido pelas equipas da Autoridade Sanitária do Município, que culmina na identificação e entrega dos corpos, a fim serem sepultados. A Autoridade Sanitária do Município é responsável, com o apoio das autoridades competentes, por:

- Numerar, identificar e escolher o local de reunião de mortos e morgues provisórias;
- Informar a CMPC, sempre que possível, do número de mortos e a sua distribuição geográfica;
- Informar a CMPC de qualquer situação que coloque em risco a saúde pública da população.

## 10 – PROTOCOLOS

A CMPV tem protocolos na área de proteção civil com as seguintes entidades:

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, no âmbito de ações relativo a ocorrências no concelho, em particular antes, durante e após uma emergência;
- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, nomeadamente na partilha de dados geográficos e na difusão de informações através do *Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Alertas* (avisos meteorológicos, comunicados sismológicos, notas informativas e de recomendação, informações relativo ao perigo de ocorrência de movimentos de vertente, entre outros).

# **PARTE IV**

## **Informação Complementar**

### **Secção I**



# 1 – ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

## 1.1– Estrutura da Proteção Civil

### 1.1.1 – Estrutural Geral da Proteção Civil

De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 1.º, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho, a qual aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, esta é definida como **a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas ou privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo, quando aquelas situações ocorram.**

A atividade de proteção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da administração pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.

São objetivos fundamentais da proteção civil e domínios de atuação:

Objetivos de Proteção Civil (n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 65/2007, 12 de novembro)	Domínios de Atuação (n.º 2, do artigo 4.º, da Lei n.º 65/2007, 12 de novembro)
<ul style="list-style-type: none"><li>- Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidentes graves e catástrofes;</li><li>- Atenuar os riscos coletivos e limitar os efeitos;</li><li>- Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo;</li><li>- Proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;</li><li>- Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos;</li><li>- Análise permanente de vulnerabilidades;</li><li>- Informação, formação e sensibilização das populações;</li><li>- Planeamento de soluções de emergência;</li><li>- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis;</li><li>- Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais;</li><li>- Previsão e planeamento.</li></ul>

De acordo com o disposto no capítulo III, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho, ilustra-se de seguida a organização de direção, coordenação e execução da política de proteção civil do sistema nacional.

	Direção Política	Coordenação Política	Execução
Nível Nacional	Primeiro-Ministro		
	Ministério da Administração Interna	Comissão Nacional de Proteção Civil	ANPC
Nível Distrital	Governador civil	Comissão Distrital de Proteção Civil	
Nível Municipal	Presidente da Câmara	Comissão Municipal de Proteção Civil	SMPC

Conforme disposto nos artigos 33.º, 34.º e 35.º do mesmo diploma, as competências dos distintos membros que compõem a direção de política de proteção civil são:

#### Primeiro-Ministro

- Coordena e orienta a ação dos membros do Governo nos assuntos relacionados com a proteção civil;
- Garante o cumprimento das competências da política de proteção civil no Conselho de Ministros.

#### Governador Civil

- Responsável distrital da política de proteção civil, competindo-lhe desencadear as ações de prevenção, socorro, assistência e de reabilitação;
- É apoiado pelo *Comando Distrital de Operações de Socorro* (CDOS) e pelos restantes APC de âmbito distrital.

#### Presidente da Câmara

- Responsável municipal da política de proteção civil, competindo-lhe desencadear as ações de prevenção, socorro, assistência e reabilitação;
- É apoiado pelo SMPC e pelos restantes APC de âmbito municipal.

A tabela seguinte apresenta os órgãos em matéria de coordenação da política de proteção civil e os respetivos membros competentes para a sua convocação:

Órgão de Coordenação da Política	Comissão Nacional de Proteção Civil	Comissão Distrital de Proteção Civil	Comissão Municipal de Proteção civil
Convocação	Ministro da Administração Interna	Governador Civil	Presidente da Câmara

### **1.1.2 – Estrutura da Proteção Civil nos Açores**

A proteção civil em Portugal, e em particular na RAA, organiza-se hierarquicamente no nível nacional, regional e municipal.

O nível nacional e municipal estrutura-se relativo à direção e à coordenação, segundo supramencionado e em conformidade com a Lei de Bases de Proteção Civil. Por outro lado, o nível regional de vigência no arquipélago dos Açores encontra-se regulamentado por diploma específico.

#### **Nível Regional**

Em conformidade com o previsto nos n.º 1 e 2, do artigo 60.º, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho:

*1- Nas Regiões Autónomas os serviços de protecção civil dependem dos respectivos órgãos de governo próprio, sem prejuízo da necessária articulação com as competentes entidades nacionais.*

*2- Nas Regiões Autónomas os componentes do sistema de protecção civil, a responsabilidade sobre a respectiva política e a estruturação dos serviços de protecção civil constantes desta lei e das competências dele decorrentes são definidos por diploma das respectivas Assembleias Legislativas Regionais.*

Neste sentido, o SRPCBA é a entidade central de natureza operacional em matéria de proteção civil na RAA. Dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. O Serviço é dirigido por um Presidente, equiparado a Diretor Regional, coadjuvado por um Vice-Presidente, equiparado a Subdiretor Regional (Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A, de 23 de abril).

Toda a política de proteção civil regional está sob a orientação do Governo Regional dos Açores. A Secretaria Regional da Saúde é o departamento do Governo Regional que tutela o SRPCBA.

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 13/99/A, 15 de abril, o órgão de coordenação em matéria de proteção civil denomina-se *Centro Regional de Operações de Emergência de Proteção Civil dos Açores* (CROEPCA).

Na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, o Centro coordena as operações de emergência, assim como presta apoio logístico necessário às operações de proteção civil. O Centro é ativado/desativado pelo Presidente do SRPCBA, mediante determinação do Secretário Regional com a tutela da proteção civil (Figura 13).

## Nível Municipal

O órgão de proteção civil de natureza operacional, no município, designa-se SMPC. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 9.º da Lei n.º 65/2007, 12 de novembro, o Serviço é dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal (autoridade municipal de proteção civil) com a faculdade de delegação no vereador por si designado, neste caso, no Vereador do Desenvolvimento e Coesão Rural, das Infraestruturas e Mobilidade. O SMPC encontra-se, ainda, na dependência da Divisão de Gestão de Infraestruturas e Logística, conforme o novo modelo de estrutura orgânica do município publicado através do Despacho n.º 9846/2013, 25 de julho

A CMPC é o órgão de coordenação que assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de emergência se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da emergência, em conformidade com o previsto no n.º 1, do artigo 3.º, da Lei de Bases de Proteção Civil.

A Comissão pode, ainda, determinar, quando justificado, subcomissões permanentes e, também, unidades locais de proteção civil, em estreita ligação com as juntas de freguesia presentes no concelho (Figura 13).

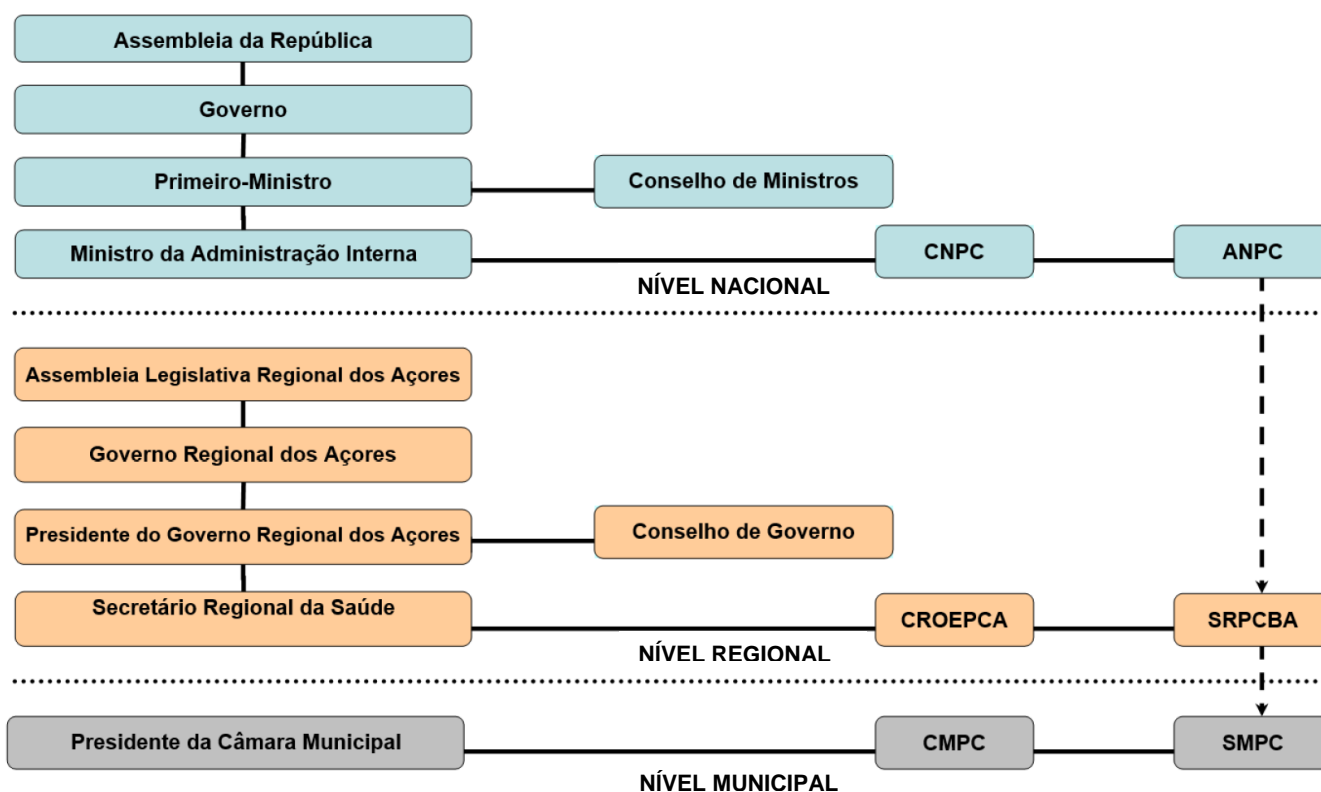


Figura 13 – Estrutura da proteção civil vigente na RAA.

## 1.2 – Estrutura das Operações

Nos termos do disposto na alínea g), do artigo 5.º e do artigo 48.º da Lei de Bases de Proteção Civil, as operações de proteção civil em Portugal estruturam-se segundo o princípio de unidade de comando, *i.e.*, num SIOPS.

O SIOPS encontra-se regulamentado no Decreto-Lei n.º 134/2006, 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, 31 de maio. O Sistema é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os APC atuam, no plano operacional, articuladamente, sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional (n.º 1, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 134/2006, 25 de julho).

### 1.2.1 – Estrutura Geral das Operações

Todas as instituições representadas nos Centros de Coordenação Operacional (CCO) possuem estruturas de intervenção próprias que funcionam sob a direção ou comando previstos nas respetivas leis orgânicas, estatutos ou regulamentos próprios. No que respeita à ANPC dispõe de uma estrutura operacional própria, assente em comandos operacionais de âmbito nacional e distrital, competindo a esta estrutura assegurar o comando operacional das operações de socorro e, ainda, o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros.

#### Comando Nacional de Operações de Socorro

O *Comando Nacional de Operações de Socorro* (CNOS) tem por principais competências garantir a operacionalidade e articulação de todos os APC que integram o SIOPS; assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza ou gravidade requeiram a sua intervenção; e coordenar operacionalmente os comandos distritais de operações de socorro. O CNOS é constituído pelo *Comandante Operacional Nacional* (CONAC), pelo 2º CONAC e por três Adjuntos de Operações Nacionais (ADON) e compreende a célula de planeamento, operações e informações, bem como a célula de logística. Pode, ainda, dispor, conjuntamente, as células de gestão de meios aéreos e de comunicações.

#### Comandos Distritais de Operações de Socorro

Os comandos distritais de operações de socorro têm como competências fundamentais, no âmbito do SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requeiram a sua intervenção; assegurar a gestão dos meios aéreos a nível distrital; e apoiar técnica e operacionalmente as CDPC.

Os CDOS são constituídos por um *Comandante Operacional Distrital* (CODIS), por um 2º CODIS e, nalguns casos, por um *Adjunto de Operações Distrital* (ADOD), reportando o primeiro ao CONAC.



## **Comandante Operacional Municipal**

A Lei nº 65/2007, 12 de novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece que todos os municípios deverão possuir um COM.

### **1.2.2 – Estrutura das Operações nos Açores**

#### **Nível Regional**

A estrutura das operações de proteção civil na RAA rege-se pelo princípio de unidade de comando definido na Lei de Bases de Proteção Civil, assim como pelo Decreto Legislativo Regional, n.º 13/99/A, 15 de abril.

O SRPCBA dispõe de um serviço central denominado *Inspecção de Bombeiros* (IB), de acordo com o artigo 23.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2007/A, 23 de abril. A IB tem por finalidade coordenar os corpos de bombeiros na RAA, assim como assegurar a gestão das operações de emergência a partir do PCO, em estreita ligação com o CROEPCA.

A IB é constituída pelo Inspetor Regional de Bombeiros, pelo Inspetor Coordenador de Bombeiros e pelo Coordenador de Bombeiros (Figura 14).

#### **Nível Municipal**

A conduta operacional em situação de emergência no concelho da Praia da Vitória desenvolve-se em harmonia com o princípio de unidade de comando, assim como pela Lei n.º 65/2007, 12 de novembro.

O comando da operação no local do sinistro é da responsabilidade do COM, sendo nomeado segundo a graduação dos elementos que constituem as equipas de intervenção do Corpo de BVPV.

Compete ao COM, em situação de ocorrência de acidente grave ou catástrofe no município, acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro, assim como assumir a coordenação das operações de emergência, em estreita ligação com o Gabinete do SMPC, localizado no Quartel dos BVPV.

Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara, o COM mantém permanente ligação de articulação operacional com o Comando das Operações de Socorro de nível superior, neste caso, com o Inspetor Regional de Bombeiros para a RAA.

Excecionalmente, quando justificado pela amplitude e urgência de socorro, o CON pode articular-se operacionalmente com o COM (Figura 14).

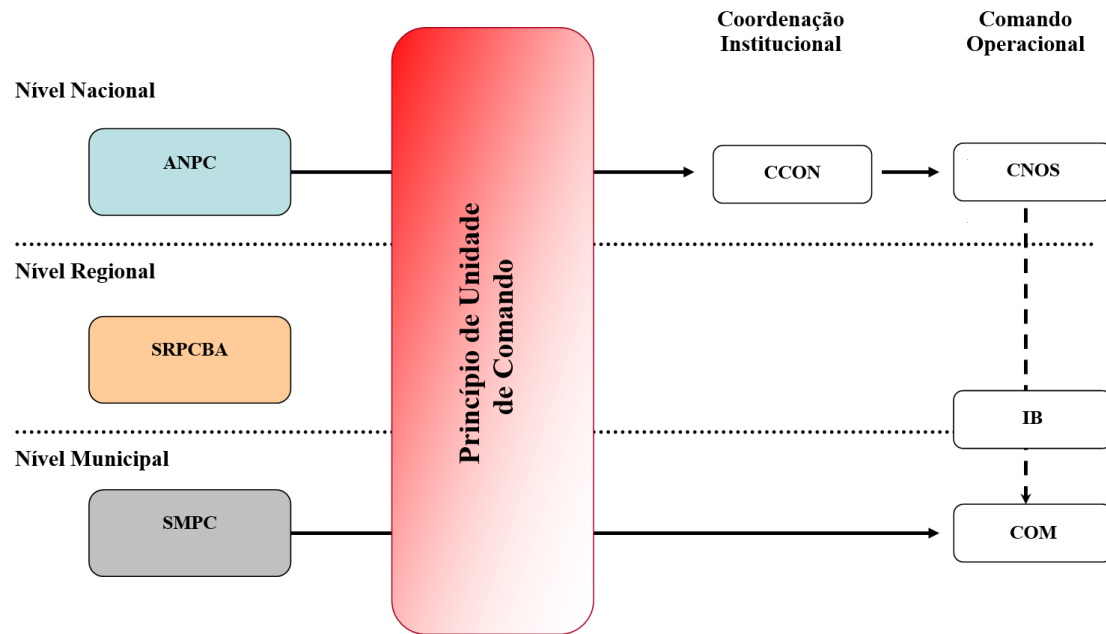


Figura 14 – Estrutura das operações aplicável vigente na RAA.

## 2 – MECANISMOS DA ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL

### 2.1 – Convocação, Composição e Competências da Comissão Municipal de Proteção Civil

A Lei n.º 65/2007, 12 de novembro, define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, a qual enuncia os parâmetros para a convocação, composição e competências da CMPC, conforme o artigo 3.º da lei supramencionada.

Sem prejuízo do disposto no ponto 1.2, da parte II, do plano onde é abordada esta temática, a convocação excecional dos membros da CMPC é efetuada por escrito, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência. Contudo, na eventualidade de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, é utilizado o contato telefónico.

Comissão Municipal de Proteção Civil	
Convocação	Presidente da CMPV
Composição	Vereador com Competência Delegada Coordenador do SMPC Comandante dos BVPV Comandante da PSP da Praia da Vitória Comandante da GNR da Praia da Vitória Representante do Comando da Zona Aérea dos Açores (Base Aérea N.º 4) Capitão do Porto da Praia da Vitória/Comandante Local da Polícia Marítima Representante do Conselho de Administração do Centro de Saúde da Praia da Vitória Delegado de Saúde do Concelho Comandante da Estrutura Operacional da CVP Representante da Segurança Social Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória Delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz
Competências	Acionar a elaboração dos planos de planeamento de emergência de âmbito municipal, remetê-los para aprovação para o nível superior de proteção civil, <i>i.e.</i> , para o SRPCBA.  Determinar a ativação dos planos, quando tal se justifique, e coordenar as operações.

## 2.2 – Critérios e Âmbito Para a Declaração das Situações de Alerta, Contingência ou Calamidade

Nos termos do capítulo II, da Lei n.º 27/2006, 3 de julho, define-se seguidamente a forma de desencadeamento dos procedimentos inerentes à declaração dos estados de alerta, contingência e calamidade, na iminência ou na ocorrência de um acidente grave ou catástrofe. Contudo, o presente ponto será atualizado e, em particular, o membro com competência para a declaração dos estados de contingência e de calamidade, quando definido em diploma próprio regional e em harmonia com a orgânica do Governo Regional dos Açores.

	Competência para Declarar	Critérios
<b>Alerta</b>	<p>Compete ao Presidente da CMPV declarar a situação de alerta de âmbito municipal.</p> <p>Cabe ao Governador Civil declarar a situação de alerta, no todo ou em parte do seu âmbito territorial, precedida da audição, sempre que possível, dos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios abrangidos.</p> <p>O Ministro da Administração Interna pode declarar a situação de alerta para a totalidade do território nacional ou com o âmbito circunscrito a uma parcela do território nacional.</p>	<p>Quando face à ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reação.</p>
<b>Contingência</b>	<p>Compete ao Governador Civil no seu âmbito territorial de competência, precedida da audição, sempre que possível, dos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios abrangidos.</p> <p>O Ministro da Administração Interna pode declarar a situação de contingência para a totalidade do território nacional ou com o âmbito circunscrito a uma parcela do território nacional.</p>	<p>Quando face à ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas e ou medidas especiais de reação não mobilizáveis no âmbito municipal.</p>
<b>Calamidade</b>	<p>Compete ao Governo a declaração de situação de calamidade e reveste a forma de resolução do Conselho de Ministros.</p>	<p>Quando face à ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe, e à sua previsível intensidade, é reconhecida a necessidade de adotar medidas de carácter excecional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos.</p>

De acordo com o artigo 14.º da Lei n.º 27/2006, 3 de julho, o ato que declara a situação de alerta menciona expressamente:

Procedimentos do Ato de Declaração de Alerta
A natureza do acontecimento que originou a situação de alerta.
O âmbito temporal e territorial.
A estrutura de coordenação dos meios e recursos a disponibilizar.

## 2.3 – Sistemas de Monitorização, Alerta e Aviso

O sistema de monitorização, *i.e.*, a análise permanente de perigos no concelho da Praia da Vitória, encontra-se, em geral, ao abrigo do protocolo estabelecido entre o SRPCBA e as câmaras municipais do arquipélago dos Açores.

O SRPCBA tem como finalidade difundir ao SMPC, em tempo útil e sempre que justificado pela emergência, notificações pelo meio do *Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Alertas*:

- Avisos meteorológicos;
- Comunicados sísmológicos;
- Notas informativas e de recomendação;
- Informações relativo ao perigo de ocorrência de movimentos de vertente;
- Entre outros.

O SMPC realiza, ainda, uma avaliação contínua dos distintos riscos passíveis de ocorrerem no município, através da consulta de informação disponível em portais de monitorização:

- SRPCBA ([www.prociv.azores.gov.pt](http://www.prociv.azores.gov.pt));
- CVARG ([www.cvarg.azores.gov.pt](http://www.cvarg.azores.gov.pt));
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera ([www.ipma.pt](http://www.ipma.pt));
- Instituto Hidrográfico Português ([www.hidrografico.pt](http://www.hidrografico.pt)).

Relativamente ao nível de alerta municipal a ser emitido no concelho, este encontra-se criteriosamente descrito no ponto 7.2, da parte I, do presente plano. É definido tendo por base as informações fornecidas pelo *Sistema Integrado de Comunicação e Gestão de Alertas* e pelas plataformas de monitorização, em conjunto com a análise de vulnerabilidade da área geográfica indicada.

Em função do estado de alerta estabelecido, definem-se as medidas de prevenção e de atuação, bem como a divulgação de avisos com o intuito de difundir as medidas de autoproteção às populações, face à iminência ou ocorrência de uma situação de perigo (Figura 15).

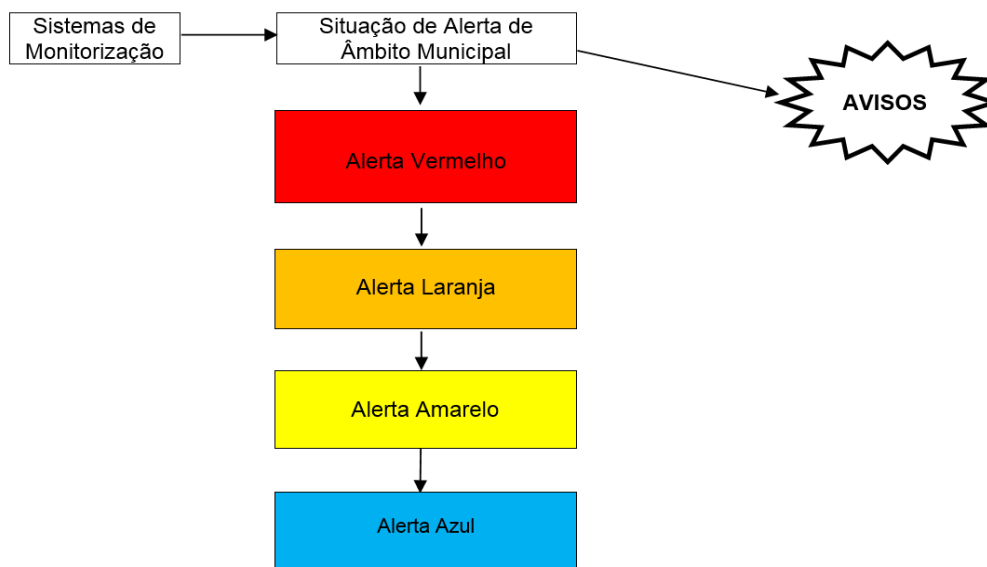


Figura 15 – Organização do sistema de monitorização, alerta e aviso, no concelho da Praia da Vitória.

O sistema de aviso visa difundir a mensagem que assinala perigo iminente, informando as populações sobre os riscos a que se encontram expostas, de forma a poderem prevenir-se e a cooperarem com as autoridades. Neste sentido, o aviso às populações é determinante para a redução do impacto, salvaguardando vidas e bens.

A gestão da informação a constar no aviso é da responsabilidade do Gabinete de Apoio à Presidência da CMPV (conforme o ponto 4, da parte III, do plano), podendo as medidas de recomendação serem divulgadas através do sítio na internet da CMPV ([www.cmpv.pt](http://www.cmpv.pt)), assim como através de conferências de imprensa e, eventualmente, pelo meio de linhas de emergência dos APC.

No entanto, importa salientar que existem diversos dispositivos para o efeito procedimento de aviso (sirenes, telefones, viaturas com megafones, estações de rádio e televisão), pelo que a decisão do meio a adotar pode ser baseada na extensão da área afetada; no tipo, dimensão e dispersão geográfica da população a avisar; na proximidade geográfica dos APC; e nos meios e recursos disponíveis.

Deve, ainda, ser tomado em conta que uma emergência pode ocorrer durante o dia útil de trabalho, à noite ou durante os fins-de-semana, variando não só a localização da população aquando dum possível sinistro, mas também inviabilizando alguns dos métodos de aviso mencionados anteriormente.

Por último, nos procedimentos de aviso à população devem ser divulgadas:

- As zonas potencialmente afetadas;
- Itinerários de evacuação;
- Os locais de abrigo onde se devem dirigir e o que devem levar consigo;
- Outras medidas de proteção relativo à segurança pessoal e dos seus bens.